

CPI DO 8 DE JANEIRO CRIADA PARA ATAZANAR A VIDA DO GOVERNO LULA, A COMISSÃO FOI UM TIRO NO PÉ DA OPOSIÇÃO E VAI PROPOR O INDICIAMENTO DE BOLSONARO POR INCITAR O GOLPE DE ESTADO

RIO DE JANEIRO A ALIANÇA ENTRE O COMANDO VERMELHO E AS MILÍCIAS DESAFIA O PODER PÚBLICO E SERÁ UM TESTE AO MODELO DE INTERVENÇÃO ANUNCIADO POR FLÁVIO DINO

CartaCapital

cartacapital.com.br

basset
editora

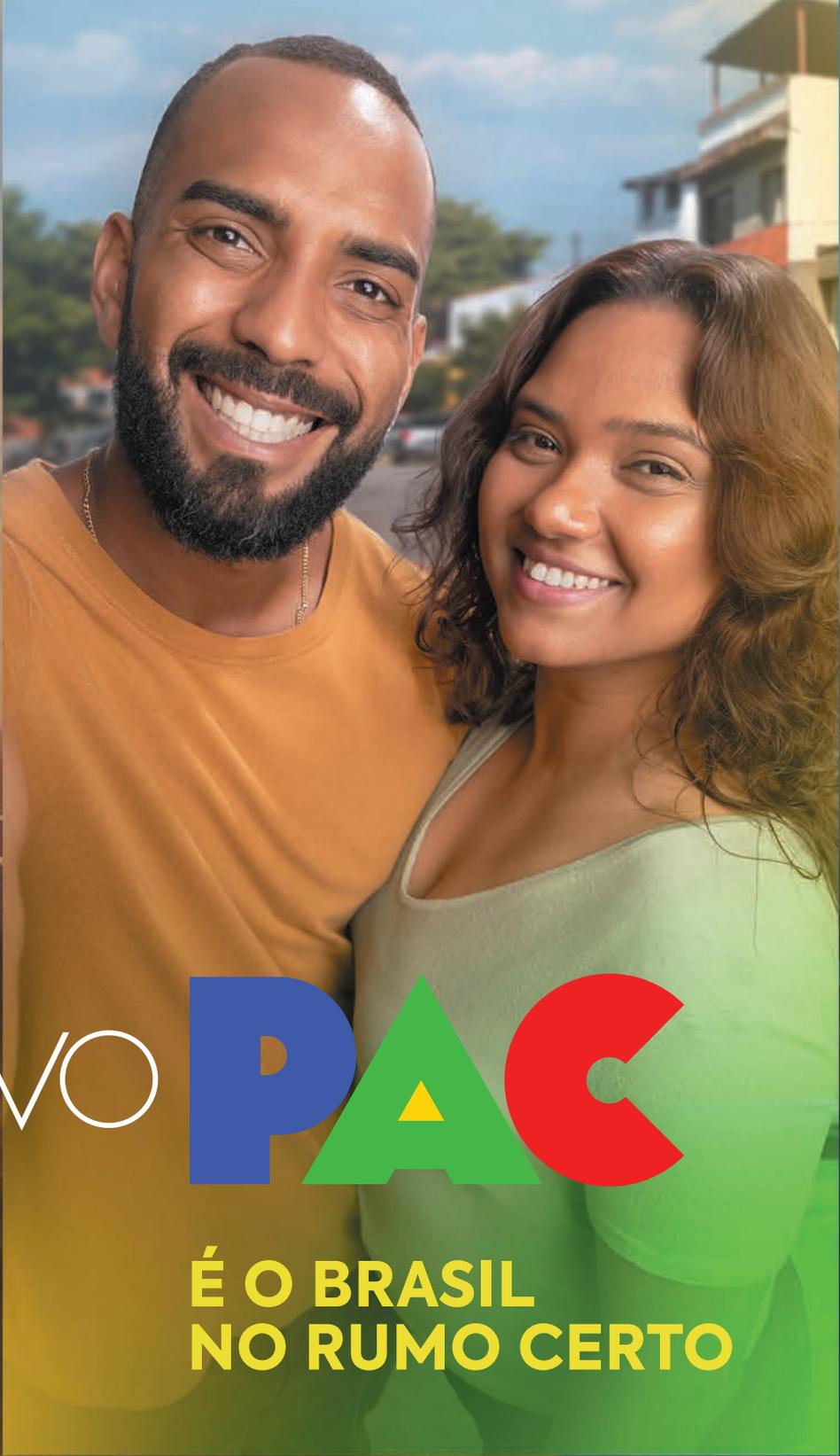


GUERRA DESIGUAL

A BARBÁRIE GUIA O CONFLITO ENTRE ISRAEL E O HAMAS

MINO CARTA: ISRAEL DE NETANYAHU PROMETE VARRER OS ÁRABES DO MAPA

CLUBE DE REVISTAS



O NOVO

PAC

**É O BRASIL
NO RUMO CERTO**

CLUBE DE REVISTAS

O NOVO PAC É O NOSSO PAC:

DA GERAÇÃO DE EMPREGO.

DA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA.

DO CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O maior programa
de investimento do país,
que vai melhorar a vida dos
brasileiros em todos os estados.

NOVO **PAC**
DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

O voto no "liberal libertário"
Javier Milei é profundamente
anti-Estado. Pág. 44



6 A SEMANA

9 MARIA RITA KEHL

Seu País

22 8 DE JANEIRO O relatório final da CPMI dos Atos Golpistas vai propor o indiciamento de Jair Bolsonaro e seus asseclas

27 RIO DE JANEIRO

Após a execução de três médicos e a rápida resolução pelo "tribunal do crime", vem aí outra intervenção

Capa: Pilar Velloso.
Foto: Belal Khaled/
Anadolu Agency/AFP

32 ENTREVISTA As câmeras nas fardas de PMs ajudam a protegê-los, diz ex-ouvidor das polícias de São Paulo

34 SAÚDE Gargalos do SUS são ainda mais graves nos municípios que fazem fronteira com outros países

Economia

38 BNDES Disputa pelo FAT reacende debate sobre o financiamento da reindustrialização do País

42 ANÁLISE O dólar promove a alegria de ecologistas, pentecostais e católicos

Nosso Mundo

44 ARGENTINA A grave crise econômica colocará a democracia à prova nas urnas em 22 de outubro

46 EUA Kevin McCarthy é a enésima vítima da subserviência do Partido Republicano a Trump

10 OLHO POR OLHO
A BARBÁRIE CONTRA CIVIS GUIA O
CONFLITO ENTRE ISRAEL E HAMAS

Plural

48 FASCISMO À PORTUGUESA

O HISTORIADOR FERNANDO ROSAS LANÇA NOVA OBRA PARA DECIFRAR A DITADURA DE SALAZAR, A MAIS LONGEVA DA EUROPA NO SÉCULO XX

50 THE OBSERVER A incômoda herança digital

53 CINEMA Gal Costa revisitada

54 MÚSICA Notas tocadas com o propósito de educar

56 AFONSIÑO

57 SAÚDE Por Arthur Chioro

58 CHARGE Por Venes Caitano

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: [HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR](http://atendimento.cartacapital.com.br)

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta

REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio

EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins

CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo

EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias

REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal

REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswoli (Rio de Janeiro)

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso

CHEFES DE ARTE: Mariana Duchs (Projeto Original) e Regina Assis

DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich

FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)

REVISOR: Hassan Ayoub

COLABORADORES: Afonsoinho, Aldo Fornazieri, Alysso Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamilia Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galpoldo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jacques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lúdice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Turma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo

ILUSTRADORES: Eduardo Baptista, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE

EDITORIA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira

EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo

REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva,

Getúlio Xavier, Marina Verenciz e Victor Ohana

VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)

ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura

REDES SOCIAIS: Caio César

SITE: www.cartacapital.com.br

basset

editora

EDITORIA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar, CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene

ANALISTA DE MARKETING E PLANEJAMENTO: Gabriela Bertolo

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: Edicase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Erio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660,

erio@gestadonegocios.com.br

BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto,

(71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br

CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda.

Av. Pedrossa de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001.

www.firbraz.com.br, telefone (11) 3463-8555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto Verificador de Comunicação **IVC**

ANER
www.aner.org.br

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



O FUTURO É NOSSO?

É importante que a Petrobras retome o seu papel desenvolvimentista no País, adaptando-se aos novos tempos, com investimentos na geração de energia limpa. Parabéns pelos 70 anos e por ter sobrevivido a todos os governos que tentaram destruí-la. Tenho certeza de que o terceiro governo Lula será o marco da transição energética no Brasil.

Paula Sérgio Cordeiro

O PLANO DINO

Segurança é o “tendão de Aquiles” do governo Lula. Inteligência é saber como entram as drogas e armas em território nacional: através de civis, policiais e militares? Prevalece a hipocrisia dos supremacistas brancos. Invadem as comunidades pobres com forte aparato bélico e matam jovens negros, crianças, mulheres, idosos e trabalhadores inocentes.

Antonio Negrão de Sá



O combate ao crime organizado deveria ser um projeto permanente de Estado, independentemente de governo presente ou de outrora.

Adimilson Pacheco

MERCADORIA VIVA

O governo do Rio Grande do Sul solicita direito de resposta para esclarecer pontos omitidos pela reportagem. O principal é que a PPP Prisional de Erechim não se trata de uma privatização ou de “entregar a administração para a iniciativa

privada”. Apontar isso é erro jornalístico, pois o projeto é uma concessão administrativa, de 30 anos, baseada nos termos da Lei 11.079/2004. Nele, a atividade específica de segurança prisional seguirá a cargo de policiais penais como nos demais presídios. Recentemente, o Tribunal de Justiça do RS avaliou a constitucionalidade do projeto e autorizou a sua continuidade. Cabe informar que a PPP também contou com o apoio da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, do BNDES e do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A PPP não prevê aumento do número de presos, e sim um limite de 600 para cada unidade. Em nenhum momento o projeto suprime a atuação da Defensoria Pública. Insinuações de possíveis trabalhos forçados não fazem sentido. O trabalho será incentivado, mas deve haver interesse do apenado.

RESPOSTA DA REDAÇÃO

Embora não exista a venda de ativos, esse modelo de concessão prevê, sim, a entrega dos serviços administrativos do presídio à iniciativa privada. O valor pago à concessionária ao longo de 30 anos não se refere apenas à construção da unidade prisional, mas também aos serviços prestados por ela – ainda que a guarda dos presos siga sob a responsabilidade de policiais penais. CartaCapital não omitiu a participação da União no projeto. Ao contrário, enfatizou que o projeto conta com financiamento do BNDES. As críticas elencadas na reportagem foram apresentadas por um grupo de 87 organizações da sociedade civil, entre elas a Associação Juízas e Juizes pela Democracia, a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Chaga aberta

No terceiro trimestre deste ano, a Bahia registrou 195 mortes decorrentes de intervenção policial, revelam dados do Instituto Fogo Cruzado. O número representa aumento de quase 80% dessas ocorrências, na comparação com o mesmo período de 2022, quando 109 suspeitos morreram em ações da polícia baiana. A Bahia detém, hoje, a maior letalidade policial do Brasil. Ao todos, as forças de segurança foram responsáveis por 1.464 homicídios no ano passado, ultrapassando o Rio de Janeiro, segundo o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*.

CPI das Pirâmides/ Alvos ilustres

Relatório final pede indiciamento de Ronaldinho Gaúcho e Faraó dos Bitcoins

A CPI das Pirâmides Financeiras aprovou por unanimidade, na segunda-feira 9, o relatório do deputado Ricardo Silva, do PSD paulista, que pede o indiciamento do ex-jogador de futebol Ronaldinho Gaúcho, de oito operadores da 123 Milhas, do empresário Glaidson Acácio, conhecido como o “Faraó dos Bitcoins”, e de outros 35 investigados.

Ouvido pela comissão, Ronaldinho é acusado pelo relator de praticar estelionato e lavagem de bens e capitais, entre outros crimes. O ex-craque da Seleção Brasileira foi chamado por sua ligação com a 18K Ronaldinho, que prometia vultosos retornos financeiros, de até 400% ao ano, com aplicações em criptomoedas. Durante o depoimento à CPI, o atleta negou ser sócio da empresa e disse que seu nome foi usado de forma indevida.

Já o Faraó dos Bitcoins é acusado de estelionato, lavagem de bens e capitais e delito de gestão fraudulenta. O empresário é apontado pelo Ministério Público do Rio como chefe de uma “tropa armada” para monitorar e até ma-



O atleta diz que seu nome foi usado de forma indevida por empresa

tar concorrentes no mercado das criptomoedas. O relatório também recomendou ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o fim do prazo para expirar milhas de companhias aéreas. Outra sugestão é a criação de uma lei com novas regras para os programas de milhagens.

Memória/ PELO PÃO NOSSO DE CADA DIA

DOM MAURO MORELLI DESTACOU-SE NA LUTA CONTRA A FOME NO BRASIL

O bispo emérito de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli, faleceu na segunda-feira 9, aos 88 anos. O religioso estava internado em um hospital de Belo Horizonte para tratar complicações de uma pneumonia.

Dom Mauro foi ordenado sacerdote em 1965 e nomeado bispo auxiliar de São Paulo em 1974 pelo papa Paulo VI. O pároco foi um grande expoente na luta contra a desnutrição no Brasil. Ele participou da criação da Ação da Cidadania Contra a

Fome, em parceria com Herbert de Souza, o Betinho, auxiliou no planejamento do programa Fome Zero, no primeiro mandato de Lula, e foi integrante do Comitê Permanente de Nutrição da ONU. Exerceu, ainda, o bispado em Duque de Caxias de 1981 a 2005, quando renunciou ao ministério.

“Soube, com grande tristeza, do falecimento desse grande amigo que lutava por um Brasil mais justo e solidário. Meus sentimentos aos irmãos

de fé de Dom Mauro Morelli neste momento de tristeza e despedida”, escreveu o presidente Lula nas redes sociais. “Tive o privilégio de trabalhar com Dom Mauro no Programa de Segurança Alimentar e Nutricional desenvolvido pela Itaipu Binacional e coordenado por mim. Nesse período, pude observar de perto seu compromisso incansável pelos direitos humanos e a alimentação”, acrescentou a socióloga e primeira-dama, Janja Silva.



Francisco reconheceu os esforços de Morelli em prol dos mais pobres

Unicef/ Déficit de aprendizado

Analfabetismo de crianças de 7 a 9 anos dobra no Brasil após pandemia

A proporção de crianças de 7 anos que não sabem ler ou escrever passou de 20%, em 2022, para 40% no ano passado. Nesse mesmo período, marcado pela suspensão das atividades escolares por conta da pandemia de Covid-19, o percentual de alunos de 8 anos não alfabetizados passou de 8,5% para 20,8%. Na faixa dos 9 anos, a taxa cresceu de

4,4% para 9,5%. Os dados constam em um recente estudo sobre pobreza multidimensional do Unicef, o braço das Nações Unidas para a infância e adolescência, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE.

Apesar do retrocesso no campo educacional, houve uma tímida melhora na taxa de pobreza multidimensional, que também consi-

dera a renda familiar e o acesso a moradia digna, água tratada e saneamento básico. Ela foi reduzida de 62,9%, em 2019, para 60,3%, em 2022, segundo o Unicef. O revés nos indicadores de alfabetização é atribuído, sobretudo, à demora para retomar as aulas após o período mais agudo da pandemia. O Brasil foi o quarto país do mundo a manter as escolas fechadas por mais tempo – em média, um ano e meio –, segundo um estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, a OCDE.



O Brasil foi o quarto país a manter as escolas fechadas por mais tempo

Clima/ DILÚVIOS RECORRENTES

SANTA CATARINA TEM 135 CIDADES ATINGIDAS POR FORTES CHUVAS

Após a devastação causada pelas chuvas no Rio Grande do Sul, 135 municípios catarinenses – 46% do total – acumulam prejuízos causados pelos fortes temporais que atingem o estado. Destes, 82 decretaram situação de emergência. Segundo o governo estadual, duas pessoas morreram por conta das inundações que castigaram as cidades de Rio do Oeste e Palmeira. Devido ao risco de en-

chente no Rio Itajaí-Açu, com nível bem acima do normal, a prefeitura de Blumenau decidiu suspender preventivamente a Oktoberfest entre 6 e 10 de outubro. O evento, que terminaria em 22 de outubro, será estendido até o dia 29.

O alerta antecipado das fortes chuvas e os esforços para reduzir seus impactos foram decisivos para evitar a repetição da tragédia vista no estado

vizinho, avalia o governador de Santa Catarina, Jorge Mello. “Foi um trabalho grandioso dos bombeiros, da polícia, da Defesa Civil, de todas as forças de segurança para ajudar a socorrer essas pessoas. Agora é acolher essas famílias em casas de parentes e abrigos. Depois que as águas baixarem, vamos arregaçar as mangas para recuperar pontes e espaços públicos.”

Amadorismo oneroso

A prefeitura de São Paulo gastou 400 reais por unidade com uma armadilha contra o *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue, que tem uma versão similar desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz ao custo de apenas 10 reais. A gestão de Ricardo Nunes celebrou um contrato de 19 milhões de reais, em março deste ano, para uma revendedora da empresa holandesa In2care fornecer os equipamentos. Já o modelo criado pela Fiocruz não é protegido por patente e pode ser adquirido por meio de parcerias com o Ministério da Saúde. Ao jornal *Folha de S.Paulo*, o secretário municipal de Saúde de São Paulo, Luiz Carlos Zamarco, disse desconhecer as armadilhas desenvolvidas pelo laboratório público. “Vou me informar, porque, se tem, vamos optar pelo nacional. Não tinha conhecimento.”



Com as mudanças climáticas, a cena tornou-se corriqueira

Vale do Silício brasileiro

A montadora chinesa BYD assumiu, na segunda-feira 9, o parque industrial da Ford em Camaçari, a 50 quilômetros de Salvador, para iniciar a produção de veículos elétricos no Brasil. O investimento é de 3 bilhões de reais e as primeiras unidades devem ser lançadas no mercado no fim de 2024. O complexo industrial foi adquirido pelo governo baiano por 220 milhões de reais e será repassado para a BYD por meio de uma concessão, informaram os secretários Afonso Florence, da Casa Civil, e Angelo Almeida, do Desenvolvimento Econômico. Com os incentivos do Poder Público, Wang Chuanf, fundador e CEO da BYD, promete instalar também um centro de pesquisas. “Queremos fazer deste lugar um Vale do Silício.”

EUA/ Disputa embaralhada

Robert Kennedy Jr. anuncia candidatura independente à Presidência

Robert Kennedy Junior, sobrinho do ex-presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy, anunciou, na segunda-feira 9, que deixou o Partido Democrata para se lançar como candidato independente às eleições presidenciais de 2024. Advogado especializado em temas ambientais, ele chegou a desafiar Joe Biden nas primárias de sua antiga legenda, mas desistiu da disputa. Agora, busca se firmar como representante daqueles que estão cansados da polarização que domina a sociedade americana.

Os analistas estão divididos em relação aos impactos da candidatura na corrida presidencial. Se, por um lado, Kennedy Jr. pode atrair eleitores democratas insatisfeitos com Biden, por outro, também pode retirar votos de Trump, pois é um ativista antivacinas e se apresenta como um *outsider* mais autêntico no pleito de 2024. “Venho aqui hoje para declarar nossa independência da tirania da corrupção”, disse a apoiadores na Filadélfia.

Robert Kennedy Junior é filho de Robert F. Kennedy, que foi procurador-geral dos EUA de 1961 até 1964, com atuação destacada no combate à máfia, e elegeu-se senador por Nova York em 1965. Secretário de Justiça no



O sobrinho do ex-presidente JFK abandonou o Partido Democrata

governo do irmão, ele disputava a indicação do Partido Democrata para concorrer à Presidência, quando foi assassinado pelo imigrante jordaniano Sirhan Sirhan em 1968, cinco anos após a morte de JFK.

Afeganistão/ PESADELO SEM-FIM

DEVASTADOR TERREMOTO MATA MAIS DE 2 MIL AFEGÃOS

Um terremoto devastador matou ao menos 2 mil afegãos na região oeste do país, informou um porta-voz do governo Taleban. O cismo de magnitude de 6,3 na escala Richter foi seguido de fortes tremores secundários no sábado 7, com magnitudes de 5,5 a 6,3, além de outros abalos menores. De acordo com o Serviço

Geológico dos EUA, o epicentro do terremoto situou-se cerca de 40 quilômetros a noroeste da cidade de Herat.

“Além dos 2 mil mortos, há ao menos 1,2 mil feridos e 1,3 mil casas destruídas”, afirmou Abdul Wahid Rayan, porta-voz do Ministério da Informação e da Cultura. Pelo menos doze equipes foram

mobilizadas para ajudar nos esforços de salvamento, incluindo as Forças Armadas e organizações sem fins lucrativos, como o Crescente Vermelho. Mas, nas redes sociais, multiplicaram-se vídeos mostrando civis tentando remover os escombros com as próprias mãos, em busca de sobreviventes.



Fim da guerra, o país sofre com a miséria e catástrofes naturais

MARIA RITA KEHL

Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo



Antes que me cancelem

► **A convicção de que, para alguém se pronunciar sobre algum tema, precise estar chancelado por um “lugar de fala”, faria Voltaire se remexer no túmulo**

Já fui “cancelada” uma vez. Por mais contraditório que pareça, foi no período em que integrei a Comissão Nacional da Verdade, aprovada no Congresso por empenho da então presidenta Dilma Rousseff. Correu um boato de que eu “não estaria interessada” na causa dos desaparecidos políticos. Um mal-entendido que explicarei logo abaixo. Demorei para “limpar minha ficha”.

Como fui indicada pelo MST, era lógico que coubesse a mim a pesquisa sobre as graves violações de direitos humanos entre as populações camponesas. No “pacote” vieram os indígenas: uma inclusão fundamental, dado o seu amplo genocídio ocorrido durante a ditadura. Assim, embora acompanhasse todas as audiências públicas dos militantes sobreviventes junto à CNV, eu não tinha tempo para também pesquisar. Foi em uma dessas audiências públicas que me dei conta do meu *cancelamento*.

Alguns familiares de presos políticos viravam a cara, quando ia cumprimentá-los. Uma delas, generosa, resolveu me esclarecer a razão: “Você não está interessada na causa dos mortos e desaparecidos”. Consegui explicar que mal tinha tempo de tocar meu capítulo, e meu “cancelamento” foi cancelado. Estava entre pessoas de

bem, o jogo era limpo. Meu cancelamento foi fruto de um reles mal-entendido.

“O mundo só caminha pelo mal-entendido”, escreveu Baudelaire, o maior poeta da língua francesa. E acrescenta: “Sem o mal-entendido seria impossível que nos entendêssemos”. Pois é, não havia WhatsApp no século XIX. O mal-entendido era possível e por vezes abria brechas nos consensos, através das quais novas possibilidades de entendimento poderiam se apresentar. E como é bom quando voltamos a nos entender!

Aquela intriga injusta ocorrida no período da CNV me fez entender o sofrimento paranoico das vítimas de cancelamento: “O que foi que eu fiz? Por que ninguém mais fala comigo?” Entendi também que o cancelamento é o avesso da dialética. A dialética – *dialektiké*, em grego – é a arte do diálogo (não me cancelem, não quero bancar a erudita, encontrei o termo no Google).

A “verdade”, seja ela qual for, tem muito mais chances de se apresentar, ou de se elaborar, como resultado de um debate honesto do que de brotar límpida e impoluta da cabeça de um gênio. “Tese-antítese-síntese.” Como alcançar esta última, se a possibilidade da antítese for cancelada? Seríamos condenados a girar em torno de uma tese estéril que, na falta da antítese, não produziria a esperada síntese.

Vale lembrar também que, depois de nove meses em que escrevi quinzenalmente para o jornal *O Estado de S. Paulo*, fui cancelada justamente quando me pronunciei de maneira elogiosa sobre a então candidata a presidente da República, Dilma Rousseff. “Posso não concordar com nenhuma palavra do que você diz, mas defendo até a morte o vosso direito de

dizê-las.” A frase é do iluminista Voltaire. No século passado, foi replicada pela escritora inglesa Evelyn Beatrice Hall.

Tenho a impressão de que, na cultura do narcisismo em que estamos todos mergulhados, o debate dialético torne-se mais raro. Fruto dessa mesma cultura, o apego de muita gente à garantia narcísica fornecida pelos grupos identitários torna cada vez mais rara a possibilidade de discussões dialéticas. Como a proposta democrática pode conviver, por exemplo, com a prática atual do *cancelamento*?

A convicção de que, para alguém se pronunciar sobre algum tema, precise estar chancelado por um *lugar de fala*, teria feito Voltaire se remexer no túmulo. Vivemos num mundo em que cada um deve tornar-se um microespecialista apenas sobre os assuntos que lhe dizem respeito?

Três séculos depois de Voltaire, sob o título de “Lugar de *Cale-se*” escrevi sobre o “cancelamento” sofrido por Lilia Schwarcz por parte do movimento negro. Seu crime? Ter feito um comentário – bastante irrelevante, a meu ver – sobre um vestido usado pela cantora Beyoncé.

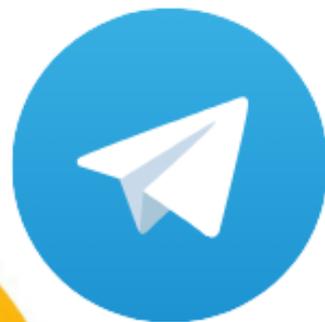
Em vez da busca por um entendimento democrático e universal, a cultura dos cancelamentos visa, ainda que não conscientemente, a construção de uma vidinha social toda dividida em nichos. Nada a ver com o *Touche pas à mon pote* (Não toque no meu camarada), que fez a França ferver no século passado. Naquela ocasião, o movimento negro buscava proteger-se de insultos e outros crimes praticados por racistas.

Nas páginas de *CartaCapital*, não tenho temor algum de que este artigo seja cancelado. •

redacao@cartacapital.com.br

CLUBE DE

REVISTAS



Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas

Clique aqui!

Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!

HITLER, AO CONTRÁRIO

ISRAEL DE NETANYAHU PRETENDE CANCELAR
HAMAS, MUÇULMANOS E ÁRABES
EM PESO DO MAPA DO ORIENTE MÉDIO

por MINO CARTA

Papa Francisco, na convicção dos crentes, é o porta-voz de Deus. Nietzsche corrigiria: “É o porta-voz da natureza”. Questão meramente semântica, vale nos dois casos. Francisco diz: “O mundo está desmoronando e talvez se aproxime de um ponto de ruptura”. Faltam poucas semanas para a nova rodada de negociações climáticas da ONU, convocada para Dubai, enquanto o papa solicita uma transição energética “vinculante” e passível de ser “monitorada”. Ao que tudo indica, o papa entende destas coisas.

Quando menino, cursei o primário no colégio das Marcelinas, lá inscrito porque meu pai, antifascista, sabia que aquelas freiras de graciosas toucas cartilaginosas não eram crentes de Mussolini. De fato, protegiam meninos judeus quando as leis raciais, na esteira de Hitler, já estavam em vigor. De todo modo, as Marcelinas retiravam da classe os não batizados e os levavam para brincar no belo par-





Papa Francisco já ouviu o tropel dos Cavaleiros do Apocalipse

que atrás do colégio. Quanto aos batizados, estes não eram remetidos para uma marcha vagamente bélica, a exhibir fardas ridículas, numa praça pública, onde desfilariam em homenagem ao Duce. Pelo contrário, poderiam almoçar em casa.

Naquele tempo, ouvi falar pela primeira vez no Apocalipse e logo recebi um livro de presente, a falar do fim do mundo. Li, devo dizer sem sobressaltos, o texto do apóstolo João e me pareceu ouvir o tropel dos fatídicos Cavaleiros, cada um a representar, respectivamente, a guerra, a fome, o fogo e a pestilência. Tendo a crer que a guerra do Oriente Médio não se dá por acaso. Se não for assim, trata-se de uma espantosa coincidência.

Passa em segunda linha a guerra da Ucrânia, pois esta soa como mais condizente com o momento. Gostaria de saber que pensaria a respeito Hannah Arendt, a formidável pensadora judia, para lhe perguntar até que ponto chega, no caso, a banalidade do Mal. Israel, sob o comando de Benjamin Netanyahu, cuida de es-





Com a aprovação dos banqueiros de Wall Street, Biden acusa Hamas de terrorismo



quecer as lições do Armagedom e enfrenta a revolta do Hamas com ferocidade nazista. As baixas em Tel-Aviv foram imponentes, mas o revide judeu destrói sistematicamente a Faixa de Gaza.

É o rincão estreito e desértico do Hamas, onde reinam, além da morte, a fome e a miséria, conforme os desígnios de Tel-Aviv, determinados no propósito de cancelar qualquer resquício da raça árabe naquele espaço desesperado. Espanta a hipocrisia dos grandes da Terra e também de alguns dos seus apaniguados. De Biden aos banqueiros de Wall Street, até o representante do governo e a imprensa brasileiros, prontos a avalizar de que é uma reação muito além de compreensível dos oprimidos de Gaza, ou seja a de quem defende com a vida a sua própria vida.

Estamos diante de uma hecatombe gigantesca e de destino desde já imaginável. Não deixa de ser o desfecho de um



enredo que lateja inexoravelmente nas veias do mundo. Encerrada a Segunda Guerra Mundial, os vencedores pretenderam oferecer ao povo judeu uma espécie de compensação pelo Armagedom. E foi então que o desastre anunciado se desenhou naquela área e os palestinos foram enxotados para a Faixa de Gaza.

A Guerra dos Seis Dias, desfechada por um exército muito bem treinado e equipado, comandado pelo general Moshe Dayan, tratou de aplastar a resistência das populações muçulmanas. Nesta conjuntura, claro se revelou o propósito de eliminar qualquer resistência árabe e esta determinação esteve na origem da guerra do Líbano, terrífico capítulo de um enredo trágico, marcado pela violência do agressor e pela debilidade do agredido.

Ocorre agora que os palestinos, condenados a viver na miséria e na fome, reagiram para exibi-las aos olhos do mundo.



Só Hannah Arendt sabia até onde poderia chegar a banalidade do Mal



Correta, na visão de *CartaCapital*, a posição brasileira em relação ao conflito, certamente influenciada pela postura equidistante de Celso Amorim, conselheiro especial do presidente Lula, sabedores dos efeitos daninhos do ódio recíproco e, portanto, dispostos a ouvir as razões de uns e outros.

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, confirma o seu desempenho hipócrita quando define como terroristas os insurgentes do Hamas, os quais

poderiam receber em breve o apoio do Hezbollah. Causa estranheza a postura de inúmeros jornalistas brasileiros, dispostos a aceitar a ideia de que terrorista é a reação do oprimido. Mussolini definia como terroristas todos aqueles que tentavam livrar a Itália do seu poder.

A quantidade de erros e prepotências cometidos na região depois da queda do Império Otomano vai muito além da conta, permitindo a divisão do território conforme os interesses das potências da época, ao ignorarem as demandas dos povos que habitavam a região. Nesta moldura, deram-se as crises do fechamento do Canal de Suez e o confronto com os militares que por longo tempo se estabeleceram no comando do país.

Com Nasser no poder, o Egito militarizou-se com o apoio da União Soviética, para voltar ao comando fardado em tempos mais recentes, agora fortemente enraizado. Por um breve tempo houve quem acreditasse em uma Primavera Árabe, mas logo a expectativa foi desfeita e até o momento, pelos caminhos da Hégira, barcos clandestinos conduzem levadas de refugiados para as praias europeias, em busca de salvação. •

BANHO DE SANGUE

A ESPIRAL DA BARBÁRIE NO CONFLITO ENTRE ISRAEL E O HAMAS

por SERGIO LIRIO



Autorizado pelo Ocidente a revidar o brutal ataque do Hamas, Israel não se fez de rogado. Em resposta ao “11 de Setembro” israelense, conforme definição de Gilad Erdan, representante permanente do país na ONU, o ministro da Defesa, Yoav Gallant, determinou o “cerco total” à Faixa de Gaza, gueto onde vivem cerca de 2 milhões de palestinos. O fornecimento de eletricidade, água, gás e comida foi interrompido, enquanto os mísseis espalham, em grau e intensidade superlativos, a destruição no enclave. Só na terça-feira 10, a artilharia judaica pôs abaixo 200 alvos. “O Hamas cometeu um erro grave”, declarou Gallant. Após um breve período de indiferença e até desconfiança mútua nas relações, Washington voltou a reafirmar a aliança incondicional com Tel-Aviv. “Os Estados Unidos nunca deixarão de apoiar Israel”, declarou Joe Biden. “No meu governo, o apoio a Israel é sólido e inabalável”, acrescentou o presidente norte-americano, que anunciou o envio de um por-

ta-aviões, navios e caças de combate para dar suporte às ações dos aliados preferenciais. A revanche, traduzida como “legítimo direito de defesa”, foi, nos últimos dias, a única moeda aceita na comunidade internacional. O resultado do olho por olho não poderia ser mais eloquente. Até o fechamento desta edição, na manhã da quarta-feira 11, o número de mortos havia alcançado a marca de 1,9 mil. Eram mil israelenses e 900 palestinos, além de cerca de 7 mil feridos de um lado e de outro.

“É O 11 DE SETEMBRO” ISRAELENSE, AFIRMOU O REPRESENTANTE DO PAÍS NA ONU. O OCIDENTE AVALIZA A RETALIAÇÃO DE TEL-AVIV

A brutalidade do conflito começou, porém, a produzir pequenas fissuras no consenso a respeito da legitimidade da reação israelense. Antônio Guterres, secretário-geral das Nações Unidas, declarou-se “profundamente angustiado” com o cerco a Gaza e lembrou que os ataques do Hamas, por mais injustificáveis e bárbaros, não surgiram do vácuo, mas “de uma ocupação de décadas sem fim à vista”. Ministro interino das Relações Exteriores da Espanha, José Manuel Albares, expôs a fratura no continente ao defender a manutenção da ajuda humanitária aos territórios palestinos às vésperas da reunião da União Europeia convocada para discutir o assunto. “A cooperação deve continuar. Não podemos confundir o Hamas, que está na lista dos grupos terroristas da UE, com a população ou com a Autoridade Palestina”. A ONG Human Rights Watch definiu a suspensão do suprimento de itens essenciais à sobrevivência como “crime de guerra”.

Por ora, trata-se de tímidos e insignificantes apelos ao bom senso. Ao longo de 70 anos, Tel-Aviv quase sempre ignorou



Os ataques surpreendentes do Hamas desencadearam uma maciça retaliação de Israel. Bastaram quatro dias para o confronto se tornar o mais sangrento desde 2014. "É só o começo", afirmou Benjamin Netanyahu



MOHAMMED ABED/AFP E MAHMUD HAMS/AFP



o que o Hemisfério Norte achava de suas incursões na vizinhança. Bastava o aval de Washington. Imagine agora. A barbárie do Hamas e as comemorações em parte do mundo árabe, em especial no Irã, acusado de financiar as ações terroristas, uniram o Ocidente na defesa da justificativa “moral” da contraofensiva de Israel, assim como os ataques às Torres Gêmeas em Nova York levaram os aliados a silenciar diante da “Guerra ao Terror” iniciada por George W. Bush, cujos resultados são hoje conhecidos – a desestruturação do Afeganistão e do Iraque e a radicalização extremista na região. O bombardeio de Gaza “apenas começou”, avisou na terça-feira 10 o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, antes de conclamar a união de governo e oposição na defesa da integridade dos judeus.

Acossado pelos protestos populares contra a interferência no Poder Judiciário em benefício próprio e a aliança com a extrema-direita local, Netanyahu viu cair no colo uma causa capaz de unir o país.

Mais de 300 mil reservistas foram colocados de prontidão pelo Exército israelense. Uma incursão na Faixa de Gaza seria arriscada

Internamente, tanto quanto no exterior, são raras as vozes que, neste momento, atribuem ao *premier* algum grau de culpa pelo conflito. Uma dessas vozes é o jornal *Haaretz*, que não tem poupado o chefe de

**EDITORIAL
DO HAARETZ,
INFLUENTE JORNAL
DE ISRAEL:
“O DESASTRE
É DA CLARA
RESPONSABILIDADE
DE UMA PESSOA:
BENJAMIN
NETANYAHU”**

governo desde os atentados. “O desastre que se abateu sobre Israel no feriado de Simchat Torá é da clara responsabilidade de uma pessoa: Benjamin Netanyahu”, diz o editorial do domingo 8. “O primeiro-ministro, que se orgulha da sua vasta experiência política e da sua sabedoria insubstituível em questões de segurança, falhou completamente na identificação dos perigos para os quais conduzia conscientemente Israel ao estabelecer um governo de anexação e desapropriação, ao nomear Bezalel Smotrich e Itamar Ben-Gvir a posições-chave, ao mesmo tempo que adotava uma política externa que ignorava abertamente a existência e os direitos dos palestinos.”

Desta vez, como ressalta o *Haaretz*, não é preciso retroceder aos confins da história, ao *big-bang* do ódio transmitido de geração em geração, para entender a explosão da barbárie no atual conflito. Entender não é justificar, muito menos comemorar, à moda iraniana, o massacre aleatório iniciado pelo Hamas, a exibição



Duas faces da mesma moeda? Netanyahu aproveita a situação para desviar a atenção dos problemas do seu governo. Os iranianos comemoram os ataques a Israel



de corpos das vítimas ou o uso de reféns como escudos humanos. É apenas a maneira prudente de driblar o maniqueísmo que tem caracterizado a geopolítica desde ao menos o início da Guerra da Ucrânia. Para escapar das acusações de corrupção, Netanyahu fez um pacto com o diabo. Ou, pior, com a extrema-direita israelense. A interferência na Justiça é o menor dos males. Em troca do apoio

parlamentar, Netanyahu concordou em abraçar o programa radical dos neoalidados. A ultradireita aliada ao *premier* é a nêmesis dos grupos árabes que pretende combater: o extermínio do inimigo é a única “política” aceitável. Desde a formação da maioria parlamentar, no fim do ano passado, o governo israelense retomou a expansão dos colonos judeus na Cisjordânia, base de um projeto de ane-

xação definitiva do território e uma das razões do esfriamento das relações com os Estados Unidos. Em junho, Anthony Blinken, secretário de Estado norte-americano, havia sido claro sobre os riscos da operação. “A expansão dos assentamentos apresenta um obstáculo ao horizonte de esperança que buscamos. Da mesma forma, qualquer movimento em direção à anexação da Cisjordânia, a ruptura do *status quo* histórico em locais sagrados, as demolições contínuas de casas e os despejos de famílias prejudicam as perspectivas de dois Estados. Elas também minam a dignidade diária básica a que todos têm direito.”

Netanyahu e seus ministros fizeram ouvidos moucos. Dois meses depois, em agosto, Ben-Gvir, ministro da Segurança Nacional, meteu-se em um bate-boca com a modelo Bella Hadid, de origem palestina, sobre o mesmo tema. “O meu direito, o direito da minha esposa, o direito dos meus filhos de viajar nas estradas da Judeia e Samaria é mais importante do que o direito de movimento dos árabes.” Considerada “racista e hedionda” pela Autoridade Palestina, a declaração gerou a seguinte resposta da modelo: “Em nenhum lugar, em nenhum momento, especialmente em 2023, uma vida deveria ser mais valiosa do que outra”. A reação de Ben-Gvir? Acusar Hadid de antissemitismo. Embora tenha falado sério, não deixa de ser irônico. O ministro foi condenado no passado por racismo e, antes de integrar o governo, exibiu em casa a foto de um extremista judeu que matou 29 palestinos em uma mesquita.

A superioridade bélica e o apoio dos EUA não deixam dúvida sobre qual lado vai prevalecer. Resta contabilizar os custos. Em meros quatro dias, o atual conflito transformou-se no mais sangrento desde 2014. Os reféns levados pelo Hamas, o apoio armado dos libaneses do Hezbollah, que tem atacado posições israelenses ao norte, e o aparente finan-



Biden reafirmou o apoio incondicional dos EUA a Israel e enviou um porta-aviões para não deixar dúvida



ciamento do Irã tornam mais complexo o desfecho da batalha e suas repercussões globais. O aiatolá Ali Khamenei nega a participação na invasão, mas comemora. “Beijamos as mãos daqueles que planejaram o ataque ao regime sionista”, celebrou em um discurso transmitido pela tevê local. “As próprias ações do regime sionista são responsáveis por este desastre.”

Uma incursão terrestre israelense no alçapão de Gaza embute inúmeros riscos: baixas pesadas na tropa, morte de cidadãos capturados e uma violência descontrolada que poderia minar a solidariedade internacional. Segundo Abu Ubaida, porta-voz do Hamas, um refém será morto toda vez que os bombardeios de Israel destruírem alvos civis na região. Estima-se que os militantes da facção tenham capturado por volta de cem judeus. Tel-Aviv afirma, por sua vez, ter retomado o controle das fronteiras na segunda-feira 9 e recolhido 1,5 mil corpos de combatentes inimigos em seu território. Cerca de 300 mil reservistas foram convocados e permanecem de prontidão para o caso de nova escalada dos confrontos e de uma invasão a Gaza. A

extrema-direita aproveita o episódio para equipar suas milícias. Ben-Gvir promete armar “massivamente” a população, principalmente na Cisjordânia ocupada. O ministro teria autorizado a compra imediata de 10 mil espingardas a serem distribuídas aos colonos. “Vamos virar o mundo de cabeça para baixo para que as cidades sejam protegidas”, afirmou, de acordo com relatos do *Times of Israel*.

A escalada do conflito ameaça ainda um dos raros esforços diplomáticos de Israel, a aproximação com a Arábia Saudita, vital para a estabilidade no Oriente Médio

O IRÃ NEGA PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO DOS ATAQUES DO HAMAS, MAS COMEMORA. “BEIJAMOS AS MÃOS” DE QUEM AGIU, AFIRMOU O AIATOLÁ KHAMENEI

e caminho, longo e tortuoso, para a solução dos dois Estados. Imbuído da “justa missão”, Netanyahu vira os olhos ao passado. O *premier* tem evocado a Guerra do Yom Kippur em busca de um “governo de emergência nacional, sem condições prévias”. Há 50 anos, exatamente como nestes dias, as forças de segurança e a inteligência de Israel foram pegas de surpresa por um ataque, à época liderado por Egito e Síria, em pleno feriado judaico. A batalha durou 20 dias e o avanço árabe só não logrou sucesso por conta da interferência direta dos Estados Unidos em prol de Tel-Aviv. Naquele momento, o país não era governado por um egoísta inconsequente, mas por Golda Meir, uma das fundadoras da nação e símbolo do Partido Trabalhista. O conflito selaria o pacto definitivo e umbilical entre israelenses e norte-americanos que garantiria aos primeiros superioridade militar incomparável na região e carta branca para impor seus interesses acima de qualquer reivindicação dos vizinhos ou acordo de paz. Mais: sem necessidade de prestar contas de seus atos ao resto do planeta. A truculência venceu em 1973. E volta a triunfar, cinco décadas depois. Os bárbaros dançam sobre os corpos dos inocentes. •

“A ÚNICA CERTEZA É DE QUE HAVERÁ RETALIAÇÃO”

Não existe um plano de emergência, diz brasileiro na Cisjordânia

POR RENÉ RUSCHEL

O músico e antropólogo brasileiro Raffoul Goust mora há quatro anos em Ramallah, na Cisjordânia. A região, até então considerada uma violenta ocupação colonial de Israel em terras palestinas, transformou-se em um palco de guerra com final imprevisível. Goust está a menos de 80 quilômetros do epicentro desta batalha, a Faixa de Gaza, dominada pelo grupo Hamas, e pouco mais de 60 quilômetros da capital israelense. “Da janela do meu apartamento consigo avistar Tel-Aviv”. Em conversa com CartaCapital, o músico descreveu a vida da população neste momento, suas apreensões e temores. A seguir, o relato em primeira pessoa:

O ataque a Israel pegou todos de surpresa. Por aqui, a sensação é de incerteza e espanto, mas todos reconhecem a gravidade do momento. O que se observa é um clima de muita apreensão. Na Cisjordânia têm acontecido confrontos diários com as forças militares israelenses nos arredores das cidades e proximidades dos checkpoints, de Jenin a Ramallah. Os relatos de violência contra palestinos são frequentes, além da preocupação em relação aos colonos instalados nos assentamentos da região.

O exército israelense é responsável pela proteção dos colonos judeus na Cisjordânia. Após os ataques do Hamas, o número de soldados aumentou e deverá crescer ainda

mais. Uma das iniciativas israelenses é justamente tentar suprimir qualquer tipo de levante. Agora, com o objetivo de sufocar o Hamas, a expectativa é de que o exército aumente significativamente sua presença na região. As ruas, estradas e os checkpoints são os locais mais vigiados.

Na noite do domingo 8, foram mortos dois palestinos em Qalandia, nos arredores de Ramallah, e outros dois em Nablus. Todos em confronto com as forças israelenses. A situação mais alarmante é, no entanto, na Faixa de Gaza. Segundo um balanço divulgado pela mídia palestina na segunda-feira 9, as forças de Israel haviam destruído mais de 1,2 mil residências, 13 edifícios, três escolas da ONU e três mesquitas. As estimativas apontavam cerca de 75 mil desabrigados.

Embora a população esteja unida em seus propósitos e no apoio à luta contra Israel, existe o descontentamento de uma parcela significativa da população com a Autoridade Palestina. Há até quem se refira à autoridade como uma espécie de “braço israelense” e a acusam, inclusive, de tentar impedir os levantes populares. Neste momento não há, porém, protestos nem manifestações contra o governo. A maioria da população permanece recolhida em suas casas, uma vez que não existem na Cisjordânia sirenes de alerta nem abrigos onde possam se proteger em caso de ataques.

Não existe qualquer plano de emergência elaborado para o caso de um ataque. As famílias são apenas orientadas a estocar água, medicamentos e comida, enquanto torcem para que nada aconteça.

Nos dois primeiros dias do ataque, sábado e domingo, as ruas ficaram praticamente desertas. Na segunda-feira houve uma pequena movimentação com alguns serviços voltando a operar ao menos por algumas horas. Fui aconselhado a não lecionar no conservatório no fim de semana, mas hoje (segunda) retornamos. Durante as aulas foram ouvidos, no entanto, barulhos de explosões, bombas e ruídos de aviões. Tivemos de procurar locais seguros. A dúvida agora é se as sanções adotadas pelo governo de Israel à Faixa de Gaza, como controle de

combustível, gás, água, alimentos e medicamentos, também se estenderão à Cisjordânia. A única certeza é de que haverá retaliações. Não posso avaliar a intensidade, a dimensão, mas certamente sofreremos consequências.

Os sentimentos comuns da população são de apoio aos avanços em território israelense e o descontentamento com o tratamento midiático mundial, que classifica o Hamas e, por extensão, os palestinos, como terroristas. A imprensa internacional em sua quase totalidade tem desconsiderado estas ações como uma resposta às agressões sofridas há décadas pela ocupação sionista. Essa violência é fruto de uma luta histórica que se arrasta há 75 anos, sem que tenha havido vontade política para resolvê-la.

Apesar do medo, não pretendo voltar ao Brasil. Seguirei em minhas funções como pesquisador, antropólogo e professor. Torço para que as autoridades encontrem um desfecho justo, com o menor número de vidas perdidas. O Itamaraty tem negociado a retirada de brasileiros da Faixa de Gaza, mas o resgate não chegou à Cisjordânia, embora tenha sido informalmente cogitado pelo embaixador em Ramallah. Quero continuar na Palestina, a não ser que a situação se agrave de tal forma que minha permanência não seja mais uma questão de opção, mas de sobrevivência, de vida ou morte.



“Só volto ao Brasil se não tiver opção”, diz Goust

PAZ VIOLENTA

A COMUNIDADE INTERNACIONAL
CONTENTA-SE COM UMA PALESTINA
"CALMA", EMBORA MISERÁVEL E OPRIMIDA

por REGINALDO NASSER*

O atual conflito na Faixa de Gaza é praticamente uma reedição de conflitos anteriores, a não ser pela forma como foram realizados os ataques do Hamas. Por meios aéreos, marítimos e terrestres articulados com o lançamento de foguetes, os combatentes do Hamas causaram surpresa pela ousadia e intensidade das ações em território ocupado por Israel e provocaram centenas de mortes de civis e militares israelenses.

Assim como nos outros episódios de violência na região, o debate pautado pela mídia foi em torno do Hamas e com isso a questão da ocupação, opressão e humilhação que o povo palestino, em geral, e os habitantes de Gaza, em particular, vivem há 75 anos sob regime de *apartheid* foi esquecido.

Sob a perspectiva geopolítica, talvez o fato de os militantes do Hamas terem ultrapassado as fronteiras seja o ponto mais perturbador para a doutrina de segurança nacional de Israel. Não por aca-

so, dois dias depois dos ataques, o Ministério da Defesa repetiu várias vezes que havia "restaurado o controle total" sobre a fronteira de Gaza. É compreensível essa preocupação do governo israelense, pois, como está reconhecido no sistema internacional vigente, fronteiras definidas e seguras são um elemento essencial para o exercício da soberania nacional. Mas quais foram os fundamentos que orientaram a constituição dessas fronteiras?

Em 29 de novembro de 1947, a Assembleia-Geral da ONU, com o apoio decisivo

**O TERRÍVEL CICLO
DE VIOLÊNCIA NÃO
TERMINARÁ ATÉ
A CONSTITUIÇÃO
DE UM ESTADO
PALESTINO
SOBERANO
E AUTÔNOMO**

das grandes potências, aprovou a Resolução 181, que resultou no plano de partilha da Palestina. Os colonos judeus, antes proprietários de 6% das terras e 30% da população local (600 mil habitantes), passaram a ter 55% do território. Os palestinos, que representavam 70% da população (1,3 milhão), ficaram com os 45% restantes. Portanto, houve um processo violento de expropriação e expulsão de palestinos, marcando definitivamente a história desses povos.

Durante a guerra da Palestina, entre 1947 e 1949, os palestinos foram expulsos de cerca de 400 cidades e vilarejos onde eram maioria. Várias cidades e comunidades tomadas temporariamente pelo Hamas eram habitadas, em sua maioria, por palestinos que se refugiaram na Faixa de Gaza. Portanto, na perspectiva dos palestinos, essa mobilização iniciada em 7 de outubro era a realização do sonho do retorno.

Houve outros momentos históricos importantes que moldaram o destino de Gaza. Em junho de 1967, como decorrência da vitória de Israel na guerra com os países árabes (Síria, Egito e Jordânia), a Cisjordânia e a Faixa de Gaza foram ocupadas militarmente pelas forças israelenses e passaram a ser chamadas de Territórios Palestinos Ocupados (TPO). Em 2005, teve início o chamado plano de desengajamento de Gaza proposto pelo então primeiro-ministro israelense Ariel Sharon. A retirada de todos os seus assentamentos causou boa impressão na comunidade internacional, pois poderia ser o início de um Estado em Gaza, abrindo um caminho para a paz. O porta-voz do Hamas chegou a afirmar que se tratava de uma vitória da resistência armada e que "Israel deixou Gaza porque se tornou um fardo".

Em 2006, houve eleições na Palestina e o Hamas conseguiu 74 dos 132 assentos parlamentares, contra 45 do Fatah. Isto se devia principalmente à sua histórica atuação como organização de caridade aliada à insatisfação popular em relação ao governo do Fatah, acusado de corrupção e de ser conivente com a ocu-



pação israelense. A vitória do Hamas foi vista com grande apreensão na comunidade internacional e desencadeou verdadeira guerra civil com o Fatah, que resultou na tomada de poder na Faixa de Gaza.

Em 2007, Israel declarou formalmente que a Faixa de Gaza é uma entidade hostil e instaurou o bloqueio terrestre, marítimo e aéreo da região que perdura até hoje. Para se ter uma dimensão das consequências desse cercamento, a ONU publicou um relatório em 2012 prevendo que em 2020 a região se tornaria um lugar inabitável. Aproximadamente, 97% da água é considerada imprópria para uso, mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza, 80% dependem de ajuda externa e 64% dos jovens estão desempregados. Além das péssimas condições de vida, os habitantes de Gaza sofrem graves crises humanitárias decorrentes de seis guerras assimétricas. Diferentemente de outros conflitos bélicos, não podem escapar de seu território, que conta com uma das maiores densidades populacionais do mundo.

Uma pergunta inevitável refere-se à forma de luta legítima que o povo palestino deve empreender contra um opressor muito superior em termos militares. As ações bélicas do Hamas, além de causarem danos na população civil israelen-

Os termos da reação israelense são sempre os mesmos: "castigo exemplar", "dar uma lição" etc.

se, só fazem aguçar o ímpeto destrutivo e cruel da retaliação de Tel-Aviv a um custo enorme para os palestinos. Desde 2007, o governo israelense diz que o objetivo do uso intensivo e desproporcional da força é acabar com o terrorismo do Hamas e proteger os civis israelenses.

O ministro da Defesa de Israel declarou ter ordenado "um cerco completo" à Faixa de Gaza. "Não haverá eletricidade, nem comida, nem combustível... Estamos lutando contra animais humanos e agiremos em conformidade." Com isso, pretende culpar a vítima de sua própria tragédia, desde uma suposta superioridade moral. As frases que mais se repetem durante esses anos são: merecem um "castigo exemplar", "pagarão um preço insuportável", "lhes daremos uma lição". Entretanto, a lógica da resistência é que, quanto mais punições coletivas se infligem a uma população, há mais determinação.

Entre 2018 e 2019, uma ampla mobilização pacífica envolveu dezenas de milhares de palestinos que se dirigiram à fronteira reivindicando a suspensão do

cerco. O movimento foi realizado à revelia do Hamas, que não teve nenhuma participação nos eventos. Mesmo assim, as forças de Israel mataram 170 manifestantes e deixaram centenas de feridos, com graves consequências físicas. Foi um recado muito claro do governo israelense de que estava pouco se importando com os métodos empregados.

Em curto prazo, o mais importante agora é cessar as hostilidades, a fim de preservar a vida dos civis. A população de Gaza voltará a uma situação que a comunidade internacional chama de "calma". Na verdade, trata-se de uma paz violenta, uma espécie de calmária de miséria e opressão que antecede as tempestades e, quando isso voltar a acontecer, vamos falar das mesmas coisas que estamos a debater agora. Triste constatar que este terrível ciclo de violência não terminará até que seja constituído um Estado palestino soberano e autônomo. Para isso, é necessário que voltemos ao início de todo esse processo, isto é, quando as grandes potências na ONU criaram o Estado de Israel. Agora seria o momento de quitar essa dívida moral, maior causa das tragédias na Palestina. •

**Professor de Relações Internacionais da PUC-SP.*



As digitais do ex-presidente estão por todos os lados. Fosse outro, poderia ser chamado de "mentor intelectual"

Aquele que falta

CONGRESSO A CPI do 8 de Janeiro vai propor o indiciamento de Jair Bolsonaro por incitação ao golpe de Estado

POR ANDRÉ BARROCAL



Aécio Lúcio Costa Pereira foi o primeiro de 1,3 mil réus a serem julgados por participar do quebra-quebra de 8 de janeiro em Brasília. Funcionário de uma estatal paulista desde 2014, foi demitido após aparecer em um vídeo no dia do levante. “Amigos da Sabesp: quem não acreditou, tamo aqui. Quem não acreditou, tô aqui por vocês também, porra! Olha onde eu estou: na mesa do presidente”, dizia, do plenário do Senado, pouco antes de sua prisão em flagrante no próprio local. O acusado foi condenado a 17 anos de cadeia por tentar um golpe de Estado e abolir com violência o Estado Democrático de Direito, entre outros crimes. Quando o Supremo Tribunal Federal decidia seu destino, em 14 de setembro, o ministro Gilmar Mendes comentou: “Estamos julgando nesse momento Aécio, mas falta alguém (...). O pano de fundo desse debate é tudo isso que ocorreu todo esse tempo, todo esse tempo, esse assédio, tanques fumegantes no 7 de Setembro”. Quem faltaria? A CPI do 8 de Janeiro pretende responder depois do feriado.

No relatório final que apresentará na próxima terça-feira 17, a senadora Eliziane Gama, do PSD do Maranhão, acusará Jair Bolsonaro de incitar o levante, de ser uma espécie de autor intelectual. Nessa condição, o ex-presidente estará ao alcance da mesma denúncia à Justiça feita contra Aécio Pereira e outros 1,3 mil baderneiros. É o que dizem dois advogados: Duarte Jr., deputado pelo PSB do Maranhão e integrante da CPI, e o criminalista paulista Pierpaolo Bottini. Ambos citam o artigo 29 do Código Penal para unir o futuro do incitador ao dos incitados. “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”, afirma o artigo, que trata do chamado “concurso de pessoas”. Incitação

Os bolsonaristas inventaram a comissão para fustigar Lula. No fim, expuseram o próprio golpismo

ao crime é um ilícito específico previsto no artigo 286 do Código Penal, e Bolsonaro também estará ao alcance da Justiça por isso. Nesse caso, a punição é pequena, no máximo seis meses de cadeia.

Só quem pode denunciar alguém por crime à Justiça é o Ministério Público. Por isso, o órgão será um dos destinatários do relatório que vier a ser aprovado. Se tudo correr como o programado, a votação do documento ocorrerá na quarta-feira 18. Para a imputação da CPI a Bolsonaro ter consequência, a Procuradoria-Geral da República precisará tomar providências. A Procuradoria é o MP perante o Supremo. Bolsonaro chegou a ser alvo de uma investigação por possível incitação da tentativa de golpe em janeiro.

O motivo foi ter publicado no Facebook um vídeo no qual um procurador da República em Mato Grosso do Sul, Felipe Gimenez, dizia em uma entrevista que a eleição havia sido fraudada graças a urnas eletrônicas não confiáveis, e que “Lula não foi eleito pelo povo, ele foi escolhido e eleito pelo STF e o TSE”. A publicação ocorreu em 10 de janeiro e logo o capitão apagou-a. Ao depor à Polícia Federal sobre o episódio, em abril, o ex-presidente declarou que havia se enganado e compartilhado o material sem querer.

A investigação de Bolsonaro havia sido requerida pela Procuradoria em 13 de janeiro, depois de muita pressão interna. Não foi o então “xerife”, Augusto Aras, a agir, mas um subprocurador-geral designado para cuidar de casos do 8 de Janeiro. Carlos Frederico Santos voltou atrás, porém, na mira apontada para o ex-presidente. Em julho, enviou a Alexandre de Moraes, relator no Supremo de vários inquéritos decorrentes do 8 de Janeiro, uma manifestação. Não fazia sentido, argumentou, usar um ato de 10 de janeiro para investigar alguém por incitar um acon-



A relatora Eliziane Gama vai detalhar a cadeia de eventos até o 8 de Janeiro

tecimento da antevéspera. Santos pedia a exclusão do capitão do inquérito 4.921, aquele sobre instigadores do levante, e a abertura de uma espécie de pré-inquérito exclusivo sobre o ex-presidente. Em 7 de agosto, Moraes concordou.

Santos era o preferido de Aras para comandar a Procuradoria, após a renovação de seu próprio mandato ter sido descartada. O cargo tem sido ocupado interinamente pela subprocuradora-geral Elizeta Ramos. Um dos primeiros atos de Elizeta foi trocar, na marra, a chefia da repartição do MP que funciona como instância interna máxima em casos de corrupção, a 5ª Câmara. Saiu Ronaldo Albo, que aliviou em 7 bilhões de reais uma multa aplicada à JBS/Friboi em um acordo de leniência, entrou Alexandre Camanho de Assis, subprocurador-geral que tentou proteger Michel Temer da enrascada na qual o frigorífico havia metido o então presidente em 2017. Lula indicará quando um procurador-geral? “Não tem pressa”, afirma um ministro.

O xadrez em Brasília está complicado, daí a falta de pressa. Parte do Senado quer influenciar a escolha de Lula não só para a Procuradoria, mas para a vaga aberta pela aposentadoria de Rosa Weber no Supremo. O Senado é que aprova, ou não, indicados para os dois órgãos. Quem encabeça a rebelião, nos bastidores, é Davi Alcolumbre, do União Brasil do Amapá. O senador comanda a poderosa Comissão de Constituição e Justiça, a quem cabe sabatar indicados para as duas instituições. Ele é a face oculta por trás do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, do PSD de Minas Gerais. Alcolumbre antecedeu Pacheco no cargo, entre 2019 e 2020, fez dele seu sucessor, em 2021, e quer sucedê-lo em 2025. Para voltar ao posto, dá corda aos bolsonaristas, que veem o Supremo como inimigo. Recentemente, Alcolumbre liderou a aprovação na CCJ de uma proposta que limita as decisões individuais de juizes da Corte. Tudo em 40 segundos.



Cid e Vasques cumpriram ordens. E os “patriotas” acima serviram de massa de manobra

“Com o relatório da CPI, o Congresso dará aval político ao Judiciário e ao Ministério Público (*contra Bolsonaro*)”, diz um integrante da comissão de inquérito, o deputado Rogério Correia, do PT mineiro. Será, no fim das contas, um tiro no pé dos bolsonaristas que propuseram a investigação a fim de “provar” um delírio, que a culpa pelo 8 de Janeiro é do governo Lula. Não que o levante não possa ter tirado proveito de falhas do GSI, o órgão de segurança do Palácio do Planalto, e do Ministério da Justiça, que controla a Força Nacional





A cadeia de acontecimentos anteriores ao 8 de Janeiro permite apontar a participação do ex-presidente

de Segurança. Mas a CPI só saiu do papel após a CNN Brasil divulgar, em abril, imagens internas do Planalto que mostravam funcionários do GSI em atitude amistosa diante dos invasores do 8 de Janeiro. O então chefe do órgão, general Marco Edson Gonçalves Dias, foi demitido no embalo das imagens. No próximo dia 17, os bolsonaristas da CPI apresentarão um relatório próprio que provavelmente culpará Dias e o ministro da Justiça, Flávio Dino. Gesto capaz de atizar os fiéis do capitão, mas sem consequência na esfera judicial.

A CPI não precisaria terminar ainda, tinha mais um mês de prazo pela frente. As forças que a compõem chegaram, no entanto, a um impasse sobre os rumos dos trabalhos, e o presidente do colegiado, o deputado Arthur Maia, do União Brasil da Bahia, não quis arbitrar a favor de ninguém. A oposição defendia convocar Dino para depor. Os governistas que-

riam quebrar os sigilos bancário e fiscal de Jair e Michelle Bolsonaro, para identificar pistas de financiamento dos golpistas. E interrogar mais militares, entre eles o general da reserva Walter Braga Netto, cujo depoimento chegou a ser marcado e depois foi cancelado.

O relatório de Gama provavelmente acusará alguns fardados pelo 8 de Janeiro. A senadora tende a definir o quebra-quebra como desfecho de uma história mais longa de conspiração contra a eleição, e nessa trama há digitais militares. Para que a história mais longa ficasse nítida, o *hacker* Walter Delgatti, famoso desde a “Vaza Jato”, foi peça-chave. Seu depoimento à CPI em 17 de agosto foi “bombástico”, na visão da relatora. Ligou Bolsonaro diretamente à conspiração. Delgatti contou como havia sido uma reunião com o então presidente em 10 de agosto de 2022, no Palácio da Alvorada. O capitão, segundo ele, queria auxílio para violar as urnas eletrônicas e provar que eram fraudáveis. “A parte técnica eu não entendo, então, eu irei enviá-lo ao Ministério da Defesa, e lá, com os técnicos, você explica tudo isso”, teria dito Bolsonaro. “Fui levado até o ministério pela porta do fundo. É um portão grande, atrás. Eu entrei com o carro e já desci no elevador”, declarou o *hacker* na CPI, um relato repetido um dia depois perante a Polícia Federal.

Na época do encontro entre Bolsonaro e Delgatti, a pasta da Defesa participava de uma comissão que o Tribunal Superior Eleitoral havia criado para atestar a segurança das urnas. A pasta era chefiada pelo general da reserva Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, outro que escapou de investidas da CPI graças ao fim antecipado da comissão. Delgatti relatou na comissão ter ido mais quatro vezes ao ministério para conversar com técnicos de Tecnologia da Informação e com o general. Disse mais: tinha sido ele, Delgatti, o cérebro por trás do relatório final da Defesa sobre as urnas, divulgado em 9 novembro, dez dias



após a vitória de Lula. Um documento ardidoso. Não apontava fraude nem a descartava, o que serviu para embalar os sonhos golpistas de militares e dos bolsonaristas acampados na porta de quartéis. Até hoje, o general Oliveira não veio a público se pronunciar sobre o relato do *hacker*.

Ao apontar uma história mais longa por trás do 8 de Janeiro, a CPI reforçará aquilo que o Tribunal Superior Eleitoral fez em julho, ao impedir o capitão de se candidatar por oito anos. O julgamento do TSE tinha como ponto de partida uma reunião do então presidente com embaixadores estrangeiros em julho de 2022, alvo de uma ação movida pelo PDT. Nela, Bolsonaro basicamente afirmou que a eleição seria roubada para Lula. Criar desconfiança sobre a lisura do pleito, entendeu o tribunal, era uma estratégia da campanha bolsonarista que contribuiu para seus simpatizantes permanecerem coesos e em estado de alerta mesmo após a eleição. A minuta golpista achada em 12 de janeiro na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres foi vista pelo tribunal como parte da conspiração.

O plano de explodir uma bomba no aeroporto de Brasília em 24 de dezembro

Por causa de divergências internas, a CPI terminará antes do previsto

de 2022 é outro capítulo do enredo. A CPI quis interrogar dois dos três condenados pelo plano. Um deles, Wellington Macedo de Souza, sentenciado a seis anos pela Justiça de Brasília, ficou em silêncio, apesar de Gama lhe ter oferecido uma delação. O outro, Alan Diego dos Santos Rodrigues, sentenciado a cinco anos, teve o depoimento cancelado. Ambos planejaram o atentado, enquanto estavam na porta do QG do Exército na capital federal, de onde saíram vários participantes da tentativa de golpe em 8 de janeiro. A bomba havia sido fabricada com material fornecido por um empresário, George Washington de Oliveira Sousa, sentenciado a nove anos. Ele havia deixado o Pará em novembro de 2022 com oito armas, mil munições e cinco bananas de dinamite,

rumo a Brasília. Ao depor à Polícia Civil sobre o plano de atentado, declarou: “O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro”. A declaração foi citada pela Procuradoria naquele pedido para incluir o capitão no inquérito sobre a autoria intelectual da tentativa de golpe em 8 de janeiro.

A delação do tenente-coronel do Exército Mauro César Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, também traz ingredientes que, se comprovados, envolvem o capitão na conspiração golpista posterior à eleição. Essa delação, diz o deputado Rubens Pereira Jr., do PT do Maranhão e integrante da CPI, é consequência da Comissão Parlamentar de Inquérito. Cid havia sido preso em caráter preventivo em 3 de maio, a pedido da PF e por ordem de Alexandre de Moraes, em razão de ter providenciado um cartão faju de vacina anti-Covid para Bolsonaro, no fim de 2022. Na CPI, o fardado ficou calado em 11 de julho. Só se rendeu e fez uma delação com a Polícia Federal depois de a CPI ter quebrado seu sigilo bancário e descoberto que Cid movimentou mais dinheiro do que o salário permitia. A delação foi homologada em 9 de setembro por Moraes. Nela, Cid conta, entre outras, a tentativa de Bolsonaro de convencer a cúpula militar a aderir a um golpe travestido de legalidade, a fim de reverter a eleição de Lula.

A prisão preventiva de Silvinei Vasques, chefe da Polícia Rodoviária Federal no governo Bolsonaro, é outra “obra” da CPI. Segundo Pereira Jr., Vasques mentiu à comissão ao ser interrogado em 20 de junho sobre as razões para a PRF ter feito, no dia da eleição, operações incomuns no Nordeste, reduto eleitoral de Lula. A comissão informou à Procuradoria e ao Supremo sobre as mentiras. No início de agosto, Vasques foi preso por ordem de Moraes, em uma investigação da PF justamente sobre as operações incomuns.

E Bolsonaro, também terá a cadeia como destino? •



Braga Netto, vice na chapa de Bolsonaro, tem passado ileso. Até quando?



As incursões militarizadas semeiam o terror nas comunidades

Poder paralelo

RIO DE JANEIRO Após a bárbara execução de três médicos e a rápida punição do “tribunal do crime”, o estado terá outra intervenção

POR MAURÍCIO THUSWOHL

“O crime não ficará impune.” Apesar de recorrer a um surrado e quase sempre mentiroso clichê, uma vez que somente 16% dos casos de homicídio são solucionados no Rio de Janeiro, desta vez o secretário de Polícia Civil, José Renato Torres, tinha razão. Com ligeireza jamais vista, apenas 11 horas após a bárbara exe-

cução, na quinta-feira 5, de Marcos de Andrade Corsato, Diego Ralf Bonfim e Perseu Ribeiro Almeida – três médicos que participavam de um congresso de Ortopedia e inocentemente tomavam cerveja em um quiosque na orla carioca –, o caso estava solucionado. O problema é que a rápida “resolução” não derivou de um surto de eficiência da polícia fluminense. Quem prendeu, julgou, condenou

e executou a sentença dos autores e do mandante do crime foi o “tribunal do tráfico”, em mais um episódio que desnuda a falência das políticas de segurança pública e o elevado grau de organização e ousadia do poder paralelo no Rio.

Trata-se de um território conflagrado, sobretudo na capital, hoje disputado bairro a bairro por traficantes e milicianos. A população, a depender de sua renda e localização geográfica, padece com a ausência, a ineficiência ou a truculência de um efetivo policial em muitos casos conivente com o crime. Nesse contexto, não cessa de crescer o mapa de confrontos violentos que envolvem diversas facções, dissidências e alianças – inclusive entre traficantes e milicianos – em um quadro complexo que desafia as autoridades estaduais. Estas, no caso dos médicos assassinados, acabaram expostas ao ridículo. Enquanto a cúpula da segurança, em rápido pronuncia-



Uma das vítimas, o médico baiano Perseu Almeida (de branco), foi confundido com um miliciano

mento, sugeria que uma das vítimas poderia ter sido confundida com um miliciano e os homicídios cometidos por engano, a cúpula do poder paralelo já havia tomado a dianteira.

Na mesma madrugada do crime, seus autores, então escondidos na Cidade de Deus, na zona oeste da capital, foram levados à força pelos próprios comparsas para a favela Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, na Zona Norte. Na condição de réus, assistiram a uma videoconferência que reuniu virtualmente os principais líderes do Comando Vermelho, dentro e fora do presídio Bangu 3, e que teve como veredicto a pena de morte. A mesma sentença foi aplicada ao chefe da “Equipe Sombra”, Philip Mota Pereira,

o Lesk, ex-miliciano que recentemente se aliou à maior facção criminosa do Rio na disputa territorial pelo bairro de Gardênia Azul, também na Zona Oeste. Informada somente após o desfecho do rápido julgamento, a polícia encontrou os quatro corpos dentro de dois veículos nos locais indicados pelos próprios traficantes. Talvez em consequência da perplexidade causada pela inusitada “colaboração” do crime organizado, o governador Cláudio Castro não escolheu bem as palavras. “Até eles se indignaram com a ação dos seus próprios e fizeram essa punição interna. O Estado não se abala absolutamente com nada pelo fato de que eles resolveram punir os seus”, disse. Indagado sobre a maior “eficiência” do poder paralelo, falou o óbvio: “A gente estava em um processo de investigação, e eles já sabiam quem eram”.

“Eles”, nas palavras do governador, são os traficantes. A realidade do crime

no Rio, contudo, não é tão simples. São três facções criminosas de grande porte duelando entre si e dezenas de milícias organizadas, fragmentação ocorrida sobretudo após a saída de cena de milicianos como Wellington da Silva Braga, o Ecko, morto pela polícia em 2021, e Ricardo Teixeira Cruz, o Batman, que atualmente cumpre pena de 16 anos por homicídio cometido contra um motorista de transporte alternativo que não aceitava se submeter ao “imposto” cobrado pela milícia. O racha iniciado na ausência dos dois maiores líderes aproximou o então miliciano Lesk e os traficantes do CV na disputa pelas comunidades de Gardênia Azul e seu entorno.

Na noite da tragédia, olheiros de Lesk confundiram o ortopedista Perseu Almeida com o miliciano Taillon Barbosa, que dias antes deixara a cadeia e morava a 750 metros do quiosque. Tiveram a grande ideia de eliminar ali mesmo o ri-



Lesk, o mandante do crime mal planejado, foi encontrado morto no porta-malas de um automóvel



val. Na visão dos assassinos, seria uma bela vingança da morte de Paulo Aragão Furtado, o Vin Diesel, aliado de Lesk e, segundo a polícia, morto a mando do pai de Barbosa. Para o poder paralelo, foi uma ação destrambelhada e punida com base na lei do cão. Para os familiares das vítimas, uma desgraça que marcará para sempre suas vidas.

Em meio a tanta escuridão, é possível vislumbrar alguma luz? Para especialistas, passos iniciais óbvios preci-

Em apenas 11 horas, o CV prendeu, julgou, condenou e executou a sentença de morte dos responsáveis pelo assassinato de três médicos na Barra

sam ser dados. “Um dos pontos principais que ficam sempre ausentes da discussão é o combate à corrupção e cooptação de agentes públicos. Não há como um grupo organizado se fortalecer dessa maneira e operar em tantas frentes, como tráfico de drogas, exploração ilegal de jogo, tevê a cabo, transporte clandestino, desvio de combustível e roubo de carga, sem que haja forte participação de agentes do Estado”, afirma Bruno Langeani, dirigente do Instituto Sou da Paz, entidade que organizou o estudo sobre os índices de resolução de homicídios nos estados brasileiros. No Rio, diz, há cooptação tanto de policiais estaduais quanto de forças federais, Judiciário e Legislativo: “Sem um grande plano de enfrentamento desta corrupção, é difícil gerar resultados de impacto”.

O antropólogo e escritor Luiz Eduardo Soares afirma que a corrupção policial deve “deixar de ser tratada cinicamente” pelas autoridades, que agem como se houvesse apenas casos de desvios de conduta individuais. Como estrutura dessa corrupção, Soares identifica quatro práticas amplamente disseminadas hoje no Rio: o “arrego”, tradicional acordo financeiro com traficantes; a presença de empresas ilegais de segurança privada criadas e geridas por policiais; o crescimento do número de policiais que atuam também como milicianos; e a projeção territorial e política dos interesses de milicianos e policiais: “Os quatro tópicos são fruto de uma só matriz, uma espécie de patologia que fere o espírito da Lei Maior: a autonomização alcançada pelas polícias, que as transformou em verdadeiro enclave institucional, refratário à autoridade política civil e ao Estado Democrático de Direito”. Daí, continua o especialista, vem “a majoritária adesão ideoló-



O ministro Flávio Dino lançou plano para enfrentar o crime organizado com uso de “força” e “inteligência”

gica do setor ao fascismo bolsonarista”.

Presas a práticas do passado enquanto o crime se moderniza a cada dia, a polícia fluminense repetiu o tradicional repertório de retaliação aos criminosos. Na segunda-feira 9, ocupou a Cidade de Deus e os complexos da Penha, do Alemão e da Maré, este último prestes a sofrer uma ocupação permanente que contará com 300 homens da Força Nacional de Segurança e mobilizará um efetivo total de mil homens, segundo o governo do Rio. Batizado de Operação Maré, o ensaio desta semana repetiu os erros de planejamento de sempre e resultou em 69 escolas e cinco postos de saúde fechados, 35 mil estudantes sem aula e moradores apavorados com a troca de tiros entre traficantes em terra e policiais em um helicóptero. Apesar do manjado clima de vendeta, o objetivo alegado para a operação era cumprir 60 mandados de prisão nas comunidades. Apenas nove foram efetuadas, além

da prisão de um terceiro-sargento da ativa da Polícia Militar, que tentava sair da Maré em um caminhão que transportava 150 quilos de pasta-base de cocaína. Repita-se: o Rio não é para principiantes.

Também fiel ao script, Cláudio Castro elogiou as polícias Civil e Militar pela “grande ação” realizada nas comunidades. “Estamos libertando os moradores das amarras do tráfico e da milícia, demolindo barricadas em vias públicas e devolvendo o sagrado direito de ir e vir em paz. Isso é só o começo, não recuaremos um milímetro sequer”, disse o governador. Dias após afirmar que, na sua gestão, “é porrada na criminalidade”, Castro parece ter adotado de vez o tom braveiro de seu antecessor, o cassado Wilson Witzel, aquele que celebrou como um gol a morte de um sequestrador na Ponte Rio-Niterói e incentivou a polícia a “mirar na cabecinha” dos bandidos e atirar.

Na vida real, os 140 mil moradores da Maré se preparam para dias difíceis. Todos se lembram da ocupação de um ano e meio entre 2014 e 2015, consequência de

uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que originou relatos e denúncias de diversas violações dos direitos humanos cometidas por agentes de segurança, de furtos a estupros. “É necessário refletir, de forma crítica e cautelosa, a partir do histórico das ocupações anteriores. É preciso criar alternativas às estratégias militares e belicistas”, afirmou, em nota, a organização Redes da Maré. Relatos locais dão conta de que vários moradores já estariam “escondendo” eletrodomésticos em casas de parentes fora da comunidade porque, da vez anterior, muitos teriam sido levados por policiais.

Desta vez, o Complexo da Maré foi escolhido após a exibição na televisão de imagens do que parecia ser um treinamento realizado por traficantes em um clube no meio da favela. Além do efetivo que incluirá agentes da Força Nacional, da PM, da Polícia Civil e da Polícia Rodoviária Federal, serão mobilizados exclusivamente para a operação três helicópteros, 12 veículos blindados (os populares caveirões) e 50 viaturas. Também está previsto o uso de drones com inteli-



Capelli é cotado para assumir o Ministério da Segurança Pública após divisão da pasta da Justiça

gência artificial e capazes de fazer o reconhecimento facial de criminosos procurados. Para Langeani, a operação “é mais do mesmo, sem grandes perspectivas de melhorias reais”. A experiência, diz, mostra que não há sucesso em ocupações de longo período: “Elas trazem pouca efetividade em termos de prisões de alto escalão ou grandes apreensões, além de gerar um grande prejuízo às populações locais, uma vez que fazem com que estas sejam privadas de usar equipamentos públicos como escolas, creches e postos de saúde. Isso impacta a capacidade de os moradores obterem renda para o seu sustento”.

Soares afirma que a busca por medidas imediatas como as ocupações “faz parte da tragédia do Rio” e apenas ecoa o discurso hegemônico de que é preciso agir com mais intensidade contra os bandidos. “Segundo essa visão, o que falta é força, violência, mais execuções extrajudiciais e mais encarceramentos em massa. É exigida uma solução imediata que, por ser absolutamente impossível ante um quadro tão complexo, acaba se tornando apenas uma autorização para pseudos-

As intervenções anteriores colecionam denúncias de violações aos direitos humanos nas favelas ocupadas

soluções militarizadas como GLOs, ocupações e intervenções das Forças Armadas.” O especialista considera que o negacionismo é o primeiro obstáculo a ser vencido: “Já passou da hora de adotarmos uma perspectiva minimamente racional, o que nos levaria a reconhecer que as políticas e os métodos empregados até aqui não funcionaram. Ao contrário, seu fracasso tem agravado os problemas”.

Com repercussão e impacto nacionais, o assassinato dos três ortopedistas no Rio recolocou em pauta a discussão sobre o desmembramento do Ministério da Justiça para a criação de um Mi-

nistério da Segurança Pública, promessa de campanha do presidente Lula que perdeu força após a nomeação de Flávio Dino para a pasta da Justiça: “É importante ter um ministério específico nessa área, para que se possa dedicar exclusivamente a montar uma estratégia conjunta de combate à criminalidade com as forças de segurança dos estados e municípios. À criação do Ministério da Segurança Pública deve seguir o anúncio de várias medidas articuladas com os governos estaduais”, diz o deputado federal Jilmar Tatto, do PT, um dos entusiastas da ideia.

Cotado para assumir o comando da nova pasta, caso ela venha mesmo a ser criada, Ricardo Capelli, atualmente secretário-executivo do Ministério da Justiça, se disse consternado pela barbárie carioca. Os sérios problemas de segurança vividos em diversos estados brasileiros, com destaque para o Rio e Bahia, tornam o enfrentamento ao crime organizado uma tarefa para ontem. “O Brasil tem leis e regras. Tem um Estado de Direito que precisa ser e será respeitado. Não tem cabimento organizações criminosas cometerem um crime e elas mesmas resolverem esse crime”, diz Capelli.

Já Luiz Eduardo Soares avalia que o fato de o governo federal enviar ao Rio de Janeiro grupamentos da Força Nacional pode nada significar do ponto de vista prático, mas corresponderá ao estabelecimento de uma parceria de grande significado político. “O governo bolsonarista do Rio quer essa aliança para dividir os ônus do banho de sangue. Espero que o presidente Lula, cuja vitória já nos salvou do fascismo, recuse o abraço de afogado que poderia nos tragar para um naufrágio futuro. Não nos esqueçamos de que o Rio é o principal berço dos inimigos da democracia.” •

Sucesso incômodo

CÂMERA CORPORAL “Não faz sentido acabar com um programa que se tornou referência no País”, afirma ex-ouvidor das polícias

A MARIANA SERAFINI

Durante a campanha eleitoral, o governador paulista Tarcísio de Freitas, do Republicanos, prometeu retirar as câmeras das fardas da Polícia Militar. Diante da firme reação de especialistas em segurança pública, o ex-ministro de Jair Bolsonaro recuou da decisão, mas congelou os investimentos do programa Olho Vivo e abandonou os estudos sobre sua efetividade – nos batalhões onde as câmeras foram adotadas, a letalidade policial despencou 76,2% entre 2019 e 2022. Em um decreto publicado no início de outubro, Freitas cortou 15,2 milhões de reais do orçamento reservado para a compra de novos equipamentos, como revelou em primeira mão o site Alma Preta.

“Espero que o programa não seja interrompido”, afirma, em entrevista a *CartaCapital*, o sociólogo Benedito Mariano, ex-ouvidor das polícias de São Paulo e hoje secretário de Segurança e Cidadania de Diadema, no ABC paulista. “Com o fim das câmeras corporais, perde a população e ganha quem não deseja a transparência na atividade policial.”

CartaCapital: As câmeras instaladas nas fardas de PMs censuram o trabalho policial, como alegam parlamentares bolsonaristas?

Benedito Mariano: De modo algum, elas só censuram os policiais que atuam

à margem da lei. Além de reduzir drasticamente a violência policial, como comprovam os estudos realizados nos batalhões onde a tecnologia foi adotada, as câmeras corporais protegem os policiais de falsas acusações, pois as imagens captadas comprovam se a sua atuação foi lícita ou não.

CC: O governador cortou verba e abandonou os estudos para aferir essa efetividade das câmeras. É uma forma de matar o programa Olho Vivo?

BM: Espero que não. É importante destacar que a iniciativa de adotar as câmeras corporais partiu do próprio comando da Polícia Militar, e logo o programa tornou-se uma referência em todo o Brasil. A minha esperança é de que não ocorra nenhum tipo de interrupção. Na verdade, o ideal é que se estabeleça um cronograma para implementar as câmeras corporais em todos os batalhões operacionais da PM no estado de São Paulo.

CC: A quem interessa retirar as câmeras das fardas dos PMs?

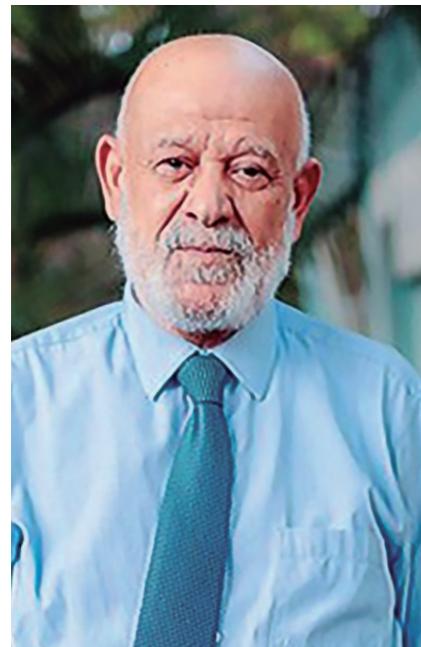
BM: Com o fim das câmeras corporais,

“Além de reduzir a letalidade policial, a tecnologia protege os PMs de falsas acusações”, observa Benedito Mariano



perde a população e ganha quem não deseja a transparência na atividade policial. Hoje, discute-se a adoção dessa tecnologia em todo o território nacional. O estado de São Paulo foi pioneiro nesse tema, a partir de iniciativa da própria PM. Virou um *case* de sucesso para todo o País. Não faz o menor sentido abandonar um projeto que está dando certo e que melhora a atividade policial.

CC: A pedido do governo paulista, o Tribunal de Justiça de São Paulo derrubou uma liminar que obrigava os PMs a usarem câmeras nas fardas durante a Operação Escudo, realizada na Baixada Santista.



Pioneirismo. A iniciativa partiu do próprio comando da Polícia Militar, lembra Mariano

BM: O governador deveria ser o maior interessado em ampliar esse programa. As câmeras auxiliam, inclusive, no trabalho da Polícia Judiciária. Elas não foram criadas apenas para vigiar os policiais e coibir excessos, mas também para produzir provas contra os suspeitos detidos.

CC: Na operação na Baixada Santista, algumas câmeras corporais não estavam ligadas, outras foram retiradas durante a ação. Há relatos de moradores das comunidades ocupadas que policiais chegaram a cobrir as lentes ou até mesmo remover o equipamento da farda. Quem fiscaliza a atuação policial para impedir esse tipo de interferência?

BM: Garantir que as câmeras sejam usadas de maneira adequada é uma responsabilidade dos comandos regionais e do comando da Polícia Militar. Os equipamentos deixaram de registrar diversas mortes em decorrência de intervenção policial. É com muita preocupação que tenho visto essas notícias de que há poucas imagens da operação na Baixada Santista.

CC: Existem, atualmente, pouco mais de 10 mil câmeras para mais de 80 mil PMs. O governo diz ser muito dispendioso adquirir tantos equipamentos.

BM: Não é verdade. Hoje, o efetivo da PM gira em torno de 85 mil homens. Se levarmos em conta o turno de trabalho, temos

entre 30 mil e 35 mil policiais atuando nas ruas simultaneamente. Esse é o total de câmeras necessárias para assegurar que todo o patrulhamento seja monitorado. Não me parece um investimento tão alto perto dos benefícios trazidos.

CC: Que outras medidas poderiam ser tomadas para reduzir a violência policial e também as mortes de policiais em serviço?

BM: Considero fundamental priorizar o policiamento comunitário. Nos últimos dois anos, registramos uma drástica redução das mortes violentas em Diadema. Foram quatro homicídios para cada 100 mil habitantes, é a menor taxa em cidades com mais de 200 mil habitantes no Brasil. Ao mesmo tempo, a letalidade policial também caiu bastante. Qual é o diferencial? Aqui, desenvolvemos uma política de prevenção, levando em conta a integração das polícias e a inteligência, por meio de uma central de videomonitoramento, hoje com mais de 310 câmeras espalhadas pela cidade. O policiamento de proximidade foi fundamental para esse êxito. •

Cobertor curto

SAÚDE Os gargalos do SUS são ainda mais graves nas cidades que fazem fronteira com outros países

POR FABÍOLA MENDONÇA

Os históricos problemas no campo da saúde pública no Brasil, principalmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos, são maximizados em municípios que fazem fronteira com outros países. É o que aponta um levantamento realizado pelo Conselho Federal de Medicina, com base em dados do Ministério da Saúde. Pelo menos 11 estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul estão situados nos limites com dez países latino-americanos, abrangendo 588 cidades, numa faixa de até 150 quilômetros de largura ao longo das fronteiras terrestres, a totalizar 16,7% da área total do País. Menos de 3 mil unidades de saúde estão instaladas nesses municípios, para atender um contingente de quase 12 milhões de pessoas, fora os moradores de países vizinhos que cruzam a fronteira em busca de assistência.

É o caso de Brasileira e Epitaciolândia, no Acre, separados de Cobija, na Bolívia, apenas pelo Rio Acre. Os municípios também estão na divisa com o Peru. “A realidade do nosso município não difere muito de outras cidades do interior, mas moradores de países vizinhos buscam por atendimento no SUS e isso se soma à demanda local”, explica o médico Edson Braga, que trabalha numa unidade de saúde em Brasileira. Ele ressalta que a maior dificuldade é a falta de especialistas. “Nos últimos

anos, avançamos em relação à infraestrutura. No entanto, em se tratando de recursos humanos, temos um problema crônico pela falta de especialistas. E ainda existe a necessidade de transferência de casos mais graves para atendimento na capital.”

Quatro em cada dez municípios fronteiriços não têm leitos para internação de adultos ou crianças, deixando a população de quase 240 cidades sem esse serviço tão necessário. Mais de 150 localidades perderam leitos na rede pública entre 2014 e 2023. “A gente identificou que essas zonas de fronteira precisam ter uma estrutura mínima necessária para que os médicos possam exercer o seu trabalho com eficácia e segurança, no sentido de garantir que os moradores tenham acesso a uma assistência integral. Se não for possível em todos os níveis de complexidade, ao menos nos mais necessários”, destaca Dilza Teresinha Ribeiro, coordenadora da Comissão de Integração de Médicos de

Além do déficit de infraestrutura e de profissionais, muitos estrangeiros buscam assistência médica no Brasil



Fronteira do CFM. A médica cobra políticas públicas que estimulem especialistas a atuarem na região, com melhores condições de trabalho e remuneração compatível com a especialização.

Das 588 cidades fronteiriças, 268 (45%) não possuem sequer um hospital geral. Outras 320 dispõem apenas de 434 unidades, quadro agravado com o fechamento de 38 centros hospitalares nos últimos dez anos. Para quem necessita de cuidados intensivos, a situação é ainda mais preocupante, pois 92% desses municípios não contam com leitos de UTI. E o cenário já foi pior, o número de leitos de UTI aumentou 47% na última década. O atendimento nas Unidades Básicas de Saúde é outro gargalo. Em 72% dessas cidades houve redução de consultas. É um grave problema, pois 80% da população local depende exclusivamente do SUS para ter acesso à saúde.

No caso de cirurgias, muitas delas são feitas fora da cidade de domicílio do paciente, por falta de estrutura lo-



cal, incluindo partos. Em 2022, dos 59 mil partos realizados na região, quase 7 mil (12%) mulheres grávidas precisaram ser transferidas para outras cidades para dar à luz seus filhos. A indígena Niara Nukin sabe bem a dificuldade que enfrenta para ter acesso à saúde. A aldeia dela fica na fronteira com o Peru e o deslocamento até o posto de saúde é feito de barco. Ela precisou levar a filha que estava com suspeita de dengue para a emergência de hospital, mas a menina não fez o exame para confirmar o diagnóstico, recebeu apenas um atendimento inicial. “Passaram o remédio sem saber o que ela tinha e mandaram a gente ir para o posto de saúde no outro dia. Às vezes, não tem médico, só técnico de enfermagem. O acesso da aldeia para a cidade é muito ruim, a gente tem de ir de barco e o rio está seco. Eu tive de pagar o exame particular mesmo e o resultado deu um pouco de anemia e plaquetas baixas. A gente mostrou para outro médico e ele falou que pode ser dengue”, diz, lembran-

Diagnóstico. “Falta o básico”, alerta Dilza Ribeiro, coordenadora da Comissão de Integração de Médicos de Fronteira do Conselho Federal de Medicina, o CFM



do que o atendimento aos indígenas se dá por meio da Secretaria de Saúde Indígena, o que às vezes facilita o acesso, embora também tenha problemas.

No Acre, a área de fronteira concentra 22 municípios, abarcando 906 mil pessoas. Apenas dez dessas cidades têm hospital e somente a capital, Rio Branco, dispõe de UTI. Apesar de não oferecer tratamento intensivo, Cruzeiro do Sul, município a 600 quilômetros da capital, é referência na região, por atender não apenas pacientes acrianos, mas também de cidades vizinhas e dos países fronteiriços. Médico no município há 29 anos, Marcos Lima explica que o hospital de lá é uma espécie de porta de entrada para os pacientes de toda a região. “Embora seja um município bem distante de Rio Branco, nosso principal gargalo hoje é atender a grande demanda de pacientes. A população de Cruzeiro do Sul gira em torno de 100 mil habitantes, começamos a ter certa dificuldade de leitos por-

Emergência. Mesmo com a recente expansão, nove em cada dez municípios na zona de fronteira não têm leitos de UTI

que, além da população local, atendemos muitos peruanos e até mesmo moradores do Amazonas. Cruzeiro do Sul acabou se tornando um centro de referência.”

No Amapá, Amazonas e Pará, a situação é ainda pior: nenhum dos municípios fronteiriços desses três estados tem tratamento intensivo oferecido pelo SUS, deixando mais de 900 mil habitantes de 34 cidades-limite desassistidos. Também na Região Norte, os 42 municípios fronteiriços de Rondônia e Roraima contam somente com três UTIs para atender um contingente de quase 1,7 milhão de pessoas. “Nossa intenção é sensibilizar as autoridades, principalmente o Ministério da Saúde, quanto às dificuldades que os moradores dessas regiões enfrentam. Buscamos sempre ouvir as comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas, porque não adianta a gente discutir algumas questões sem eles estarem no debate. É preciso saber das necessidades de cada uma dessas populações para capacitar as equipes de saúde, pensando em oferecer um atendimento que respeite os aspectos históricos, culturais e sociais”, afirma Ribeiro, acrescentando ser necessário também pensar numa estratégia com foco na prevenção de doenças.

No Centro-Oeste, quase 1,8 milhão de cidadãos brasileiros vivem em 72 cidades-limite em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Dos 28 municípios fronteiriços mato-grossenses, apenas Cáceres dispõe de leitos de UTI pelo SUS. Em Mato Grosso do Sul, quatro dos 44 municípios oferecem o serviço. Ocorre no Sul do Brasil a maior concentração de municípios de zona de fronteira. O Rio Grande do Sul lidera o ranking com 197 cidades, das quais 22 têm UTI e apenas Pelotas dispõe de uma rede com cinco hospitais. No Paraná, dos



139 municípios na divisa com outros países, 75 não possuem nenhum hospital geral e somente em 13 há UTI. Em Santa Catarina, 82 cidades estão situadas em área de fronteira e apenas cinco delas oferecem tratamento intensivo pelo SUS.

Alvo de críticas desde o seu nascimento, em 2014, o programa Mais Médico tem sido um parceiro da população nos municípios fronteiriços, uma vez que muitos profissionais da saúde não estão dispostos a trabalhar, e às vezes morar, em regiões tão afastadas dos grandes centros urbanos. Lima classifica como a “cereja do bolo” a atuação desses profissionais. “O Mais Médicos funciona muito

bem nessas áreas e contribui para que as regiões mais afastadas também tenham serviço médico adequado.” Ribeiro admite a importância do Mais Médicos, mas reforça a necessidade de se fazer um trabalho de valorização do agente de saúde, não só do ponto de vista profissional em si, mas financeiro também, dando condições de acesso. “O Conselho Federal de Medicina fez todo esse levantamento para chamar atenção das instituições responsáveis, para que elas possam realmente dar uma assistência adequada, de forma conjunta, a toda a população.”

De acordo com o CFM, existem atualmente 16.664 médicos atuando em áreas fronteiriças inscritos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde, o que representa apenas 2,9% do total de médicos em atividade em todo o País, conforme registros do próprio Conselho Federal. Segundo a entidade, na última década, houve redução no número de médicos em pelo menos 83 das 588 cidades-limite, embora, paradoxalmente, tenha ocorrido

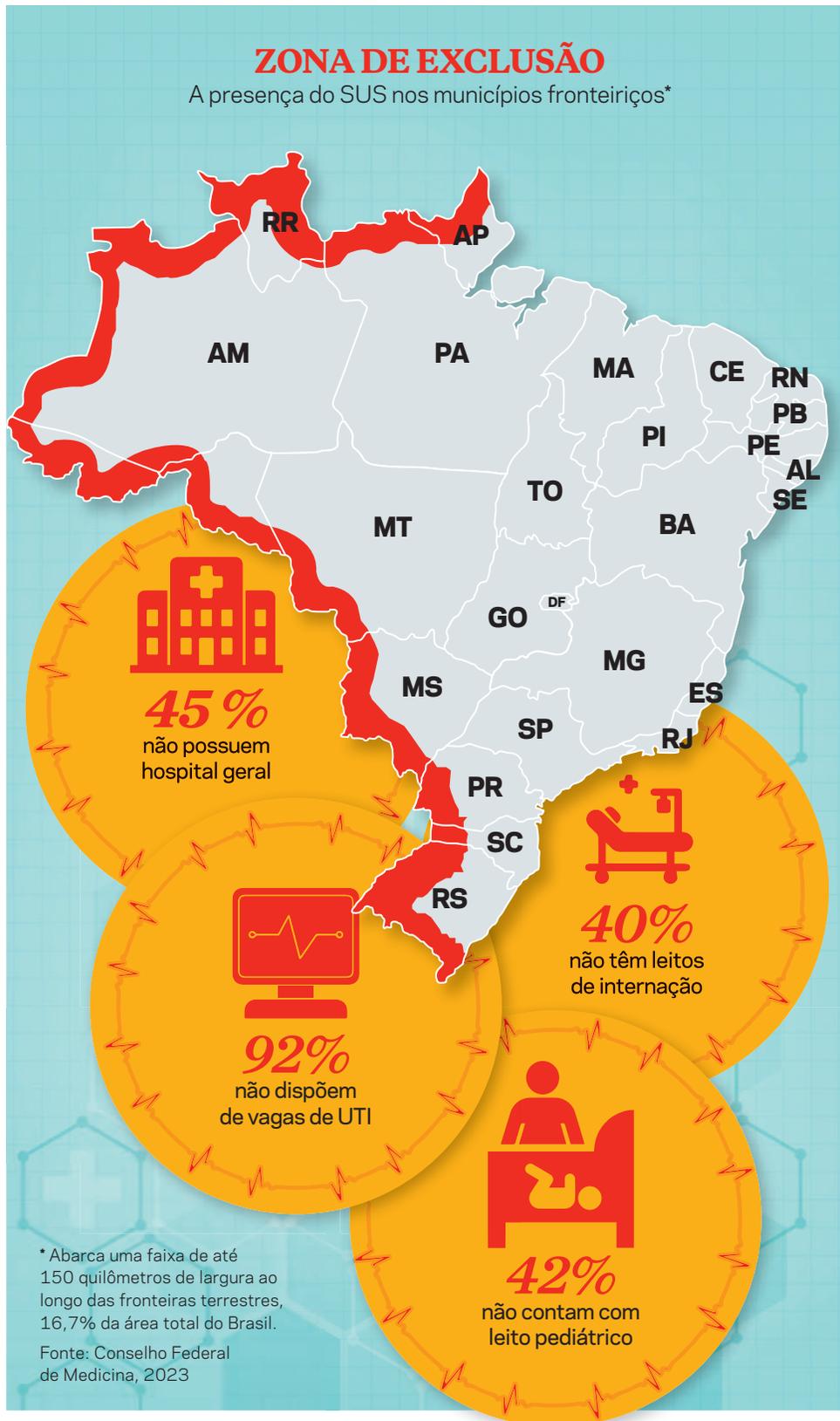
O levantamento do CFM apontou carência de serviços essenciais nas 588 cidades fronteiriças



crescimento de 52% de registros de novos profissionais. Sobre a formação de novos médicos, o Conselho vê com cautela a autorização para a abertura “indiscriminada” de novas escolas e faculdades, anunciada recentemente pelo governo Lula.

Ao contrário do que acontece com os médicos, o número de enfermeiros nas cidades fronteiriças aumentou 92% na última década, ainda que represente apenas 2,5% dos 696 mil profissionais registrados no Conselho Federal de Enfermagem. Segundo o CNES, nas áreas de fronteira atuam 17.214 enfermeiros. O mesmo acontece com os odontólogos. Houve um crescimento de 22% na quantidade de dentistas nessas cidades, apesar de que em mais de 130 delas ter havido redução desses profissionais. Pelos dados do CNES, 4,2 mil dentistas trabalham em regiões de fronteira, um contingente muito pequeno, apenas 1%, em relação aos 400 mil odontólogos que constam no cadastro do Conselho Federal de Odontologia. •

REGINA ASSIS E SILVIO AVILA/HCPA



Farinha pouca

BNDES A disputa pelo FAT reabre o debate sobre o financiamento da reindustrialização

POR CARLOS DRUMMOND

O debate sobre a destinação de parte dos recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador para tapar buraco na Previdência, possibilidade aberta pelo governo Bolsonaro, esquentou na última semana e, de quebra, provocou a retomada da discussão sobre as condições efetivas de financiamento, pelo BNDES, da reindustrialização, programa de importância crucial. A sangria do FAT não ameaça, ao menos no curto prazo, nem os programas de apoio ao trabalhador nem o financiamento do BNDES, mas a demora em resolver os graves problemas da Taxa de Longo Prazo, criada no governo Temer, preocupa economistas e empresários.

O FAT é o destino dos recursos provenientes das contribuições para o PIS-Pasep, fundo contábil instituído em 1975 com a unificação do fundo do Programa de Integração Social (PIS) com o fundo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), criados em 1970. No PIS, são cadastrados os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), enquanto os empregados nas repartições públicas da União, dos estados e municípios, bem como em suas autarquias e empresas públicas, são cadastrados pelo Pasep. Com a Constituição de 1988, os recursos do PIS-Pasep passaram a ser alocados no Fundo de Amparo ao Trabalhador, para

o custeio do programa de seguro-desemprego, do abono salarial, das políticas de readequação de mão de obra e de intermediação de mão de obra, sendo os dois últimos itens existentes hoje só no papel. O FAT é também a principal fonte de recursos para o financiamento de programas de desenvolvimento pelo BNDES.

Após vários alertas das centrais sindicais, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, propôs, na segunda-feira 9, a devo-



Impasse. O presidente do BNDES corre o risco de ficar sem recursos para investir em indústrias, a exemplo da Herbarium

lução ao FAT de 80 bilhões de reais utilizados para cobrir gastos da Previdência e sugeriu que a mudança seja feita por meio da reforma tributária em andamento. O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, apoia a devolução. Até a terça-feira seguinte, não se sabia qual era a posição do ministro da Fazenda, Fernan-



do Haddad, pasta que por definição não é propensa a abrir mão de receitas para equilibrar as contas públicas.

O economista Clovis Scherer, do Dieese, assessor da CUT no Grupo de Apoio ao Conselho Curador do FGTS, considera “compreensível” o governo atual buscar um superávit e avalia que, nos próximos dois anos, o repasse para a Previdência não seria algo ameaçador para o FAT. O problema, ressalta o economista, é se essa política não for revertida, porque aí terá início uma trajetória de

descapitalização do FAT e do BNDES. Um processo desse tipo acabaria com a perspectiva inscrita na Constituição de 1988, de estruturar políticas de mercado de trabalho e de desenvolvimento econômico que permitam progressão social, melhora do mercado de trabalho, uma estruturação de políticas de qualificação profissional e um papel ativo do banco de desenvolvimento. “Neste caso, se desestruturaria completamente esse objetivo, a visão liberal voltaria a predominar e nós perderíamos esses instrumentos”, alerta Scherer.

Se a sangria do fundo não for estancada, o principal banco de desenvolvimento do País pode ficar descapitalizado

As condições efetivas de financiamento da política industrial preocupam, por ser este o único caminho, mundialmente testado, para aumentar e estabilizar a criação de empregos de qualidade e generalizar os ganhos em produtividade e a inovação para o conjunto da economia, além de encaminhar a transição para uma economia verde.

A situação do BNDES, única fonte de recursos de longo prazo para investimentos e principal financiador da industria-

Finalidade. O FAT é fundamental para os programas de seguro-desemprego e abono salarial, mas não há investimento na requalificação dos trabalhadores

lização do País, já foi melhor. Após devolver adiantado, em cinco anos, 600 bilhões de reais em recursos do Tesouro aportados na crise financeira internacional de 2008, sob pressão dos governos Temer e Bolsonaro, quando constitucionalmente teria 40 anos para fazer essa devolução, e depois de perder 80 bilhões da sua carteira de ações, torrados pelo ex-presidente Gustavo Montezano e pelo ex-ministro da Economia Paulo Guedes, o BNDES conseguiu escapar da extinção. Sob a tutela estrita do arcabouço fiscal, vê, porém, diminuir a sua última fonte de financiamento, o Fundo de Amparo do Trabalhador, o FAT. Com receitas carentes e saídas em expansão, esse fundo, o maior da América Latina, enfrenta défi-

cits crescentes e corre o risco de depender cada vez mais do seu financiador, o próprio BNDES, para tapar os buracos.

Arthur Koblitz, economista que preside a associação dos funcionários do BNDES, está convencido de que o risco de desfinanciamento é real e pode comprometer o papel do BNDES para o desenvolvimento. Hoje, a Previdência está recebendo cerca de 20 bilhões de reais do FAT e, caso essa sangria permaneça constante, em termos reais, o déficit do FAT será inevitável, drenando o estoque de recursos que cabe ao BNDES para sua operação. Pelos cálculos de Koblitz, em 2025 sairão 7,5 bilhões e no ano seguinte, 24,5 bilhões. “É uma porta aberta, não tem nenhuma previsão de quanto vai de dinheiro para a Previdência, isso sai discricionariamente. Pode ser que amanhã tenha uma crise da Previdência, e justifiquem tirar todo o dinheiro deste ano”, lamenta Koblitz.

O déficit chegou a tal ponto que o FAT, para arcar com as despesas do seguro-desemprego, precisa tomar recursos do BNDES. Segundo o economista, acabar com as taxas mais baixas do crédito do BNDES é central para o sistema financeiro e o bolsonarismo. “Isso é estratégico para eles. Tanto que fizeram essa reforma, que é a Taxa de Longo Prazo. E o governo Lula até agora não tem um caminho para resolver o problema. Abriram um alívio mínimo na TR, muito pequeno, mas a TLP está vigorando. Hoje, o banco tem um problema genuíno para colocar dinheiro na economia. Cria-se uma situação em que acabam minando o *funding* do banco. Há o risco de amanhã se reformar a TLP e não ter recursos.”

Estancar a sangria do FAT e reformar a TLP são objetivos convergentes, ressaltava Koblitz. “As duas coisas estão associadas. O governo precisa fazer uma revisão da TLP, urgente, o Brasil precisa de investimento em infraestrutura e na indústria, é tarefa para ontem fazer uma





Apelo. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, quer acabar com o desvio de recursos do fundo para a Previdência

xa cai quando a economia vai bem, o financiamento privado flui e os custos de *funding* são comprimidos. E sobe quando a economia tem problemas, o financiamento privado seca e encarece.

No ano passado, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, a Abimaq, apontou em nota técnica que “a política expansionista adotada pelo Copom entre agosto de 2019 e fevereiro de 2021, visando fazer frente à queda de demanda provocada pela pandemia, derrubou a Selic, mas não refletiu na queda da TLP, que, ao contrário, ainda em meados de 2020, iniciou uma escalada, levando ao descolamento das curvas em 6 pontos percentuais em fevereiro de 2021. A política contracionista, iniciada em março do mesmo ano, expandiu ainda mais a diferença entre as taxas, em quase 10 pontos percentuais. A TLP nominal, em menos de 12 meses, saltou de 7% para quase 20% ao ano, um comportamento típico de taxa de curto prazo, com instabilidade elevada e custos insustentáveis pelo processo produtivo.” Os problemas identificados pela Abimaq na TLP, de “instabilidade e falta de previsibilidade”, são o avesso dos requisitos para os investimentos de longo prazo.

Em janeiro, Mercadante disse à imprensa ter proposto à Febraban a discussão de um projeto para reduzir a TLP. Cabe observar que, no auge da crise de 2008-2009, os empresários só obtiveram taxas razoáveis em bancos privados depois de o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa baixarem os seus juros, de acordo com a determinação do presidente Lula. Esperar que um entendimento entre o governo e a banca privada possa resultar em um projeto para redução da TLP parece clara perda de tempo. •

revisão da TLP e proteger o *funding* do banco que sobrou, que é o FAT.” O economista prossegue: “Como é que, no Brasil, a precisar de tudo em termos de infraestrutura, as coisas não decolam? Crescer 3% e controlar a inflação não basta. Amanhã tem um problema na China, cai a safra agrícola, aí vão fazer o quê? Outra reforma liberal, uma nova política de tripé macroeconômico, para o País todo se adaptar a isso de novo?”

De importância determinante no financiamento da industrialização do País, o BNDES, desde o governo Temer, sofreu uma desarticulação, como apontam os economistas do banco público Marcelo Miterhof e Thiago Rabelo Pereira em artigo escrito há um ano. Os desembolsos do banco, entre 2000 e 2007, foram equivalentes a 2% do PIB. De 2008 a 2014, superaram 3%. A partir de 2017, seus desembolsos ficaram próximos a 1% do PIB. Em 2021, foram de apenas 0,74%. Além da queda da taxa de investimento, sublinham os autores do artigo, a principal causa dessa redução foi a criação da TLP, que atrelou o custo de captação do BNDES aos títulos públicos (NTN-B) de

cinco anos, que pagam IPCA mais uma parcela fixa de juros, e deflagrou a gradual eliminação da vantagem de custo de seu *funding* institucional, o FAT.

“A lei da TLP poderia ter dado a opção aos clientes do BNDES de tomar empréstimos com custo em Selic ou taxa prefixada. Não foi feito, mas basta querer. Isso elevaria a competitividade do banco sem custo fiscal, evitaria a descontinuidade na execução dos projetos em conjunturas de turbulência de mercado e tiraria um viés que encarece o apoio a pequenas empresas, que tem prazo inferior a cinco anos”, destacam os economistas.

Outro problema, sublinham, é que a TLP é procíclica, não permitindo que a atuação do BNDES reme contra a maré em momentos críticos. Sua parcela fi-

Na crise de 2008, os bancos privados só baixaram juros após o movimento de bancos públicos

Ardis do dinheiro

ECONOMIA MONETÁRIA Em seus poderes insondáveis, o dólar promove a alegria de ecologistas, pentecostais e católicos

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO E MANFRED BACK*

Os estudos sobre economia monetária começam reconhecendo o caráter “originário” da função medida de valor. Ela se realiza na prática sob a forma de unidade de conta, “nome aritmético” da medida de valor.

É desta função que decorrem as demais, meio de circulação, meio de pagamento e reserva de valor. A função de meio de circulação está diretamente associada à unidade de conta. Essas duas funções executam de forma reiterada os ritos do reconhecimento social que acompanham o processo de socialização dos indivíduos privados. Livres e separados, eles são aglutinados nas relações de intercâmbio monetário: primeiro, denominar cada mercadoria particular no dinheiro ideal e, depois, submeter-se à aceitação dessa declaração pelo tribunal do mercado.

Quando sai das mãos do produtor ou do vendedor, com o preço monetário estampado na testa, a mercadoria só é confirmada como valor quando encontra um comprador disposto a realizar o seu preço. Trata-se de uma aposta. Não há aí um sistema de preços “reais” relativos que garanta o equilíbrio do sistema. Ainda hoje, os filhotes de Leon Walras sustentam a lenda da separação entre o real e o monetário. O dinheiro em Walras é apenas um numerário, um véu que encobre a realidade dos preços reais,

relativos. Os preços monetários são a expressão necessária do valor das mercadorias na sociedade em que os produtos do trabalho privado são destinados diretamente para o intercâmbio.

Na economia em que a produção é diretamente para a troca, torna-se inescapável o batismo monetário das mercadorias particulares. Elas não podem sair das mãos dos possuidores sob a forma “natural” para enfrentar a aventura do mercado. Os preços correspondem a uma determinação formal das mercadorias no sentido de que elas não podem ingressar no processo de intercâmbio generalizado antes de serem apresentadas ao dinheiro enquanto medida de valor, expressão da sociabilidade entre os produtores privados de mercadorias. As mercadorias já entram na circulação com preços monetários, ou seja, não mais em sua forma material senão em sua determinação social. O dinheiro realiza a sociabilidade dos produtores de mercadorias e dos proprietários da riqueza. Nas sociedades “Dinhei-

O desejo de manter o dinheiro como reserva é barômetro da nossa desconfiança quanto ao futuro

ristas” os indivíduos não têm existência social se não possuem dinheiro.

A função medida de valor, ao exigir a numeração monetária das mercadorias, antes da entrada no mercado, enseja a dissociação da troca em duas operações distintas, a venda e a compra. O dinheiro assume, então, sua segunda função, enquanto instrumento da realização do preço das mercadorias. Os protagonistas do processo de intercâmbio generalizado “descobrem” a possibilidade de acumular o representante da riqueza geral, a mercadoria universal, sem precisar gastá-la imediatamente na aquisição de outra mercadoria particular.

Aqui, mais uma vez, a economia capitalista monetária desmente as hipóteses de equilíbrio geral. Os chamados preços de equilíbrio supõem que nas relações de intercâmbio de mercadorias, cada vendedor está atado ao comprador como irmãos xifópagos. Venda sem compra imediata gera uma promessa de pagamento. Seria bom entender que essa promessa está registrada em um documento, uma letra de câmbio, a ser resgatada numa data futura.

No avanço das relações de intercâmbio, esses instrumentos de crédito passam a circular nos mercados de riqueza, sempre submetidos a uma avaliação que busca definir o seu valor monetário diante das incertezas que afligem os possuidores dos ativos quanto ao futuro.

Sim, o futuro é o senhor dos corações e das mentes nas economias monetário-financeiro-capitalistas. Assim é porque as decisões no capitalismo estão comprometidas estruturalmente em antecipar a valorização da riqueza mercantil-financeira. A cada momento, Comprados e Vendidos sofrem as angústias e as agruras do resultado de suas apostas.

No artigo “A Teoria Geral do Emprego”, Keynes discute as concepções de dinheiro dos economistas clássicos. Para



Imperativo. As taxas de juro do Tio Sam afligem as demais moedas porque os detentores de riqueza não podem escapar dos sacolejos da moeda universal

Esse “eterno retorno do mesmo” (Nietzsche, tenha piedade) está determinado pela interação entre a liberalização das contas de capital, a posição das economias “emergentes”, vítimas da arbitragem entre juros e câmbio, e os Estados Unidos como provedores de ativos líquidos de “última instância”.

Maior dívida pública do planeta, déficit orçamentário e externo recordes! Que país é esse? Brasil? Não! Nosso grande Uncle Sam! Segundo os mágicos da teoria convencional, a moeda perderia valor, haveria fuga de capitais e inflação explosiva! E 30 trilhões de dólares de papagaios dos mais variados no balanço do Federal

Reserve! Papagaios que são enjaulados no seu cofre desde a crise de 2008.

Pasmem, nas últimas semanas, há uma corrida aos títulos americanos e à valorização da grana vestida de verde e edulcorada com a proclamação *In God We Trust*. Em seus poderes insondáveis, o dinheiro universal – o dólar – promove a alegria de ecologistas, pentecostais, católicos! Mais curioso ainda, para deixar qualquer economista da escola das expectativas racionais em surto psicótico, os irracionais que detêm moeda correram para os *Treasuries* de 10 e 30 anos! Quanta irracionalidade humana, estão financiando o Tesouro americano no médio e longo prazo. •

ele, os clássicos deixaram de sublinhar as duas funções cruciais do dinheiro em uma economia monetária: como numérico, o dinheiro denomina o valor monetário de bens, serviços e contratos; como “reserva de valor” (*store of wealth*), o dinheiro é a forma final de acumulação de riqueza no capitalismo: “Nosso desejo de manter o dinheiro como reserva de valor constitui um barômetro do grau de nossa desconfiança e de nossos cálculos e convenções quanto ao futuro”.

Essa digressão de Maynard deveria empurrar nossa curiosidade para o sistema monetário internacional. Nesse momento, o dólar é a moeda reserva. Denomina mais de 70% das transações comerciais e financeiras no mundo. Desgraçadamente, o sistema monetário internacional é cons-

tituído por uma hierarquia de moedas, umas mais “líquidas” do que as outras. Um exportador alemão e um importador japoneses dificilmente escolheriam o real como moeda de transação em seus negócios. O dólar é a moeda reserva, a moeda universal. O real é uma moeda não conversível.

Não espanta que as taxas de juro de Tio Sam aflijam suas filhas menores em todo o planeta. Isso significa que os detentores de riqueza não podem escapar dos sacolejos da moeda universal para avaliar seus ativos monetário-financeiros.

A morfologia dos movimentos de capitais é intrinsecamente pró-cíclica em sua recorrência maníaca, que vai da abundância de grana estrangeira às paradas súbitas e daí às crises financeiras e bancárias.

* Manfred Back é ex-trader e professor de Economia e Mercado de Capitais do Instituto J&F.



Círculo vicioso

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES Sucesso político e fracasso econômico: nas urnas a democracia argentina encara seus fantasmas

LEONARDO AVRITZER E ANDRESSA ROVANI*

A Argentina tem uma trajetória singular no campo das democracias sul-americanas. Com uma transição por colapso – vista, naquele momento, com reticências por cientistas políticos –, o país teve diversos governos exitosos no que diz respeito a uma lógica de construção democrática. O primeiro diferenciou-se por colocar, no centro das suas ações, o julgamento das graves violações dos direitos humanos ocorridas na ditadura. Desde os primeiros anos de redemocratização, o descontrole da economia esteve em pauta. Esse parece ser um bom resumo da democracia argentina: sucesso político e fracasso eco-

nômico. A eleição de 2023, com o primeiro turno previsto para 22 de outubro, pode significar o fim dessa trajetória no que diz respeito ao sucesso democrático.

Os primeiros governos argentinos após a democratização foram marcados por dois fenômenos: a ausência de uma nova Constituição e um ciclo perverso entre governos peronistas e não peronistas que impediu os presidentes não peronistas de completarem seus mandatos. O primeiro governo peronista exitoso, o de Carlos Menem, criou condições para uma solução efetiva para o primeiro problema ao incorporar, na revisão constitucional de 1994, os principais tratados de direitos dos quais o país era signatário. Abriu-

-se, então, uma via para a ampliação de direitos, como a adoção de filhos por casais *gays* e o aborto. O segundo elemento, a continuidade da tensão entre peronistas e não peronistas, resolveu-se apenas neste século, em 2019, quando Mauricio Macri completou seu mandato. Estabilizou-se, aí, um dos principais déficits da democratização argentina.

Quando pensamos a situação econômica do país, vemos onde residem os riscos para a democracia. Depois de um período de recuperação econômica que se seguiu ao *curralito*, isto é, ao bloqueio das contas bancárias pelo liberal Domingo Cavallo, a economia argentina mergulhou em uma



fase de péssima performance econômica. Nos últimos dez anos, o país cresceu em apenas seis. No governo de Alberto Fernández, os últimos quatro anos foram de recessão. Com 80% de desaprovção, o peronista desistiu de buscar a reeleição e abriu caminho para que Sergio Massa, seu ministro da Economia, entrasse na disputa. Mas é justamente a política econômica, reprovada por 88%, que os argentinos identificam como principal problema do país, à frente de todas as outras questões. A inflação, nos oito primeiros meses deste ano, bateu a marca dos 80%, atingindo 124% na variação anual. Trata-se do maior transtorno enfrentado pelos argentinos, independentemente do partido com o qual se declarem identificados.

Como consequência da performance econômica desastrosa, os níveis de confiança nas instituições e de otimismo com o futuro caíram drasticamente. A concretude do principal problema a ser combatido pelo próximo presidente é latente: o descontrole dos preços mina a esperança dos argentinos. Às vésperas da escolha de um novo presidente, o nível de desencanto chama a atenção: 84% dos cidadãos acreditam que a situação do país piorou no úl-

Outsider. O voto no “liberal libertário” Javier Milei (ao centro) é profundamente anti-Estado e anti-institucional

timo ano e a maior parte deles, 38%, não acredita que vá melhorar no curto prazo, segundo pesquisa realizada pela Universidade de San Andrés. A satisfação dos argentinos com o andamento geral do país é de 11%, o pior patamar desde 2016.

As eleições primárias argentinas, ocorridas em agosto, têm uma estrutura diferente das americanas e considera, antes, a preferência da população. O favorito foi o autodenominado “liberal libertário” Javier Milei, um político que chamou atenção no fim de 2022, mas parecia não ter chances de alcançar o primeiro lugar. Sua liderança provocou um terremoto na política ao romper com padrões fortemente estabelecidos. Segundo o cientista político Martín D’Alessandro, foi o pior resultado em 80 anos para os peronistas, a coluna vertebral da democracia argentina. Mas o terremoto não parou por aí: o voto em Milei é um voto profundamente anti-Estado e anti-institucional.

Diante do fracasso das duas principais correntes políticas no país, uma terceira cresce nas fissuras do embate democrático. A avaliação positiva de Javier Milei cresceu em torno de 13 pontos. Mesmo sendo visto pelos eleitores como violento e instável emocionalmente, ele ofereceu uma cartela de propostas que vão ao encontro das convicções do eleitora-

A preferência do povo pelo regime democrático caiu de 73% para 62% em quatro anos

do. Assim como a imagem construída por Bolsonaro no Brasil, ele se apresenta como um *outsider* que chegará para solucionar problemas enraizados. A pesquisa “A Cara da Democracia”, elaborada pelo Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação, realizada na Argentina em parceria com a consultoria Poliarquia, indica que o país vizinho, assim como o Brasil, vive um cenário de alta aversão ao funcionamento das instituições políticas. Para 78% dos argentinos, os políticos só defendem seus próprios interesses e uma taxa semelhante desconfia dos partidos. A parcela da população que se considerava insatisfeita com o funcionamento do regime democrático em 2022 subiu 10 pontos percentuais (de 56% para 66%) em quatro anos. A preferência pela democracia sobre outras formas de governo caiu de 73% para 62%.

Assim, a Argentina corre o risco nesta eleição de se enredar na espiral que já envolveu outros países da região, como o Brasil, parcialmente recuperado da aventura bolsonarista, o Peru, abalado por sucessivos *impeachments*, e o Chile, paralisado entre a Constituição que não querem e a Constituição que não são capazes de compactuar. Este é um caminho que sabemos como começa, com a rejeição de todas as instituições democráticas. Só não sabemos como termina. •

**Leonardo Avritzer é professor titular de Ciência Política da UFMG, doutor em Sociologia Política pela New School for Social Research e coordenador do INCT-IDDC. Andressa Rovani é jornalista e doutoranda em Ciência Política pela Unicamp.*

O Observatório das Eleições na Argentina é um projeto internacional organizado pelo Instituto da Democracia, sediado na UFMG e coordenado por Avritzer. Esse projeto envolve uma equipe de pesquisadores de várias instituições e universidades, tanto no Brasil quanto na Argentina, e tem como principal objetivo acompanhar as eleições que estão programadas para ocorrer no dia 22 de outubro no país vizinho.

Seita suicida

TheObserver Kevin McCarthy é a enésima vítima da subserviência do Partido Republicano a Trump

POR MICHAEL COHEN

Mais de 11 anos atrás, antes de Donald Trump emergir do lodo primordial do pântano febril da extrema-direita, antes da insurreição abortada de 6 de janeiro e antes de o último espasmo do extremismo republicano derrubar o presidente da Câmara, Kevin McCarthy, dois renomados cientistas políticos, Thomas Mann e Norman Ornstein, identificaram a essência da política cada vez mais disfuncional dos EUA: o Partido Republicano. Para eles, o Grande e Velho Partido (GOP, *na sigla em inglês*) havia se tornado um “insurgente atípico”, que era “ideologicamente radical, desdenhando os compromissos e indiferente à legitimidade de sua oposição política”.

O *enfant terrible* piorou de forma inimaginável. O Partido Republicano hoje é menos uma agremiação e mais uma massa incipiente de lamentações culturais, teorias da conspiração e *slogans* políticos de mínimo denominador comum. Apesar de toda a sua toxicidade, Trump é um sintoma da descida à loucura do Partido Republicano durante décadas. Legislar não é visto como uma ferramenta para melhorar a situação da população, e sim como uma oportunidade para zombar dos democratas e agir de acordo com as afrontas da base do partido. Mas a indiferença republicana em relação a governar é, talvez, a menor das patologias do GOP. Ao apoiarem ser-

vilmente Trump e seus seguidores do *Maga*, o *Make America Great Again*, eles fortaleceram um movimento político que cada vez mais testa os limites da experiência democrática estadunidense.

A trajetória política de McCarthy conta essa triste história. Depois do 6 de janeiro, McCarthy, que, juntamente com seus colegas políticos, foi forçado a se esconder dos rebeldes invasores, voltou-se contra o homem responsável pela violência do dia. Em particular, disse a colegas republicanos: “Estou farto desse cara”. Mas, poucas semanas depois, viajou para o refúgio palaciano do ex-presidente no sul da Flórida e, de joelhos, jurou lealdade ao deus alaranjado do Partido Republicano. Ele tentou bloquear um comitê bipartidário do Congresso para investigar o 6 de janeiro e aliou-se a teóricos da conspiração que continuaram a espalhar mentiras sobre as eleições de 2020. No início deste ano, cedeu aos extremistas republicanos e abriu um processo de *impeachment* contra Joe Biden, embora não haja evidências de que

O presidente da Câmara dos EUA caiu com o apoio de radicais de sua própria legenda

o presidente tenha cometido qualquer crime passível de impedimento.

McCarthy, tal como inúmeros suplícantes republicanos nos últimos oito anos, percebeu que suas aspirações políticas estavam diretamente ligadas à sua vontade de apoiar Trump e as forças extremistas no partido que se uniram ao seu redor. Numa história tão antiga quanto o tempo, ele fez um acordo com o diabo, apenas para ser queimado pelas forças políticas que fortaleceu. O domínio de Trump sobre o Partido Republicano é tão completo que beira o patológico. Desde março, ele foi indiciado quatro vezes e acusado de 91 crimes diferentes. No entanto, seus números nas pesquisas entre os republicanos melhoraram drasticamente. Ele tem uma vantagem de mais de 45 pontos na corrida pela indicação do partido.

Simplesmente, não há futuro no Partido Republicano para quem se recuse a prostrar-se diante de Trump. Liz Cheney foi a republicana mais veemente e apaixonada ao se manifestar contra ele depois do 6 de janeiro. Sua recompensa: McCarthy planejou sua remoção da liderança da legenda. Então, em 2022, um republicano do *Maga* desafiou Cheney nas primárias republicanas e a derrotou por quase 40 pontos. Outro após-tata republicano, o ex-candidato presidencial e atual senador por Utah, Mitt Romney, que votou duas vezes pela condenação de Trump nos seus julgamentos de *impeachment*, anunciou recentemente que não se candidataria à reeleição.

Em entrevistas para a *Atlantic*, ele contou como, “em público”, senadores republicanos “desempenharam seu papel de leais a Trump, muitas vezes contorcendo-se retoricamente para defender o comportamento mais indefensável do ex-presidente. Mas, em particular, ridicularizaram a ignorância dele, reviraram os olhos diante de suas trapalha-

A photograph of Kevin McCarthy, a Republican politician, speaking at a podium. He is wearing a dark blue suit and a patterned tie. He is gesturing with his right hand, pointing towards the right. The background is a warm, orange-toned setting, likely a legislative chamber, with a microphone visible in the foreground.

McCarthy até tentou,
mas não conseguiu
contentar os trumpistas

das e fizeram observações incisivas sobre sua psique infantil e distorcida”.

Tal como outros republicanos de princípios, Romney está preferindo afastar-se, e é difícil culpá-lo. Suas críticas a Trump levaram a ameaças de morte, e hoje ele gasta cerca de 5 mil dólares por dia em segurança privada. Resultado: as fileiras do Partido Republicano estão agora cada vez mais ocupadas por pessoas com reservatórios insondáveis de ambição e armários vazios de integridade. Os incentivos políticos na legenda seguem numa direção singular – para a extrema-direita. Se existe algum vislumbre de esperança, é este: para todos os eleitores republicanos que amam Trump, existe um grupo maior e mobilizado de eleitores que o detestam.

Na verdade, o que talvez seja mais surpreendente em Trump é a natureza estática do seu apoio. De fato, se compararmos seus índices de aprovação em fevereiro de 2020 – antes de a pandemia de

Covid devastar o país – com os de novembro de 2020, quando ele concorreu à reeleição, permaneceram praticamente inalterados. Desde que deixou o cargo, seus números de aprovação também são quase os mesmos. Os americanos, em geral, já se decidiram sobre Trump – e o veredicto é: “Não gostamos dele”.

As últimas três eleições nos EUA provam isso. No que foi amplamente visto como uma rejeição a Trump, nas eleições intermediárias de 2018, os democratas conquistaram mais de 40 assentos e o controle da Câmara dos Deputados. Em 2020, ele perdeu a reeleição por pelo menos 7 milhões de votos para Biden (4 milhões a mais do que em sua derrota no voto popular para Hillary Clinton em 2016). Nas eleições de meio de mandato de 2022, os democratas tiveram um desempenho drasticamente superior, conquistando um assento no Senado e perdendo por

pouco na Câmara dos Deputados. Neste ano, em dezenas de eleições especiais, os democratas estão com desempenho superior em impressionantes 11 pontos.

É claro que as eleições são complicadas e não há garantia de que o impopular Biden saia vitorioso em novembro do próximo ano. Mas considere suas péssimas pesquisas atuais com cautela. Uma coisa é querer um candidato democrata diferente, como é o caso de muitos democratas, mas eleição é questão de escolhas. O fato de a opção provável dos eleitores em 2024 ser Biden, ou um adversário profundamente instável que poderia ser um criminoso com diversas condenações, é uma forma de estreitar o foco. Mesmo que Trump perca, porém, o problema do Partido Republicano continuará existindo muito depois de ele ter deixado a cena política. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Fascismo à portuguesa

LIVRO O historiador e político Fernando Rosas dedica mais uma obra a decifrar a ditadura de Salazar, a mais longeva da Europa no século XX

As circunstâncias não poderiam ser mais oportunas. O historiador Fernando Rosas me recebeu em sua casa, em Lisboa, no intervalo de dois eventos representativos da índole da direita portuguesa. No dia anterior, 5 de outubro, feriado da Proclamação da República, Carlos Moedas, prefeito da capital e expoente do PSD, havia subido ao púlpito para anunciar os preparativos na cidade dos festejos do 25 de Novembro, data controversa que, em contraposição à Revolução dos Cravos, comemorada em 25 de abril, franjas da elite consideram como o “verdadeiro” marco da liberdade. No dia seguinte, 6 de outubro, as televisões dedicariam horas ao “casamento real”, a união no Convento de Mafra, aquele retratado por José Saramago, da infanta Maria Francisca, herdeira do trono (?), e do advogado Duarte de Sousa Araújo Martins. Seria uma cobertura – e uma cerimônia – de fazer inveja aos Windsor, não fosse um aspecto *sui generis* do maciço interesse midiático: a monarquia perdeu títulos e regalias no país há 113 anos, naquele longínquo 5 de outubro de 1910 que os portugueses haviam lembrado 48 horas antes.

Sem uma coroa para chamar de sua, restou à infanta e ao consorte, ressaltaram os jornalistas, fixar residência em Londres, onde, ao menos, se respira o ar da nobreza. Rosas absteve-se de comentar antecipadamente as bodas, mas não fugiu de analisar o discurso de Moedas. “É um velho truque da direita”, afirmou. “Sempre tenta separar a democracia da matriz re-

volucionária. A democracia existiria apesar do 25 de abril, não por causa dele.”

Em 2024, Portugal vai celebrar os 50 anos da Revolução dos Cravos, que pôs termo a 48 anos de ditadura, dominada em sua maior parte pela onipresente figura de António Salazar, a ponto de tirania e tirano se confundirem. Quem visita Lisboa em 25 de abril e assiste aos festejos na Avenida da Liberdade e arredores é levado a acreditar na convergência partidária e ideológica em torno de um movimento iniciado nos quartéis, mas concluído nas ruas, quando os cravos vermelhos presenteados aos soldados pelos populares tornaram-se mais persuasivos do que os fuzis. Ilusão. O 25 de Abril e o legado salazarista estão em disputa e certas classes sociais, além de influentes grupos de mídia, insistem em uma versão lusitana da “ditabranda”. A evocação do 25 de Novembro integra a peleja. Em 1975, exatos um ano e sete meses após a revolução, militares “moderados” lograram um pacto com os oficiais ligados ao Partido Comunista, importantes na execução da reforma agrária no pós-ditadura. O acordo pôs um freio nas aspirações revolucionárias, enterradas de vez na Constituição do ano seguinte. “Foi uma espécie de contrarrevolução”, define Rosas. Outro debate se dá em torno da natureza do regime salazarista. Tratou-se ou não de uma ditadura fascista?

Em Salazar e os Fascismos, editado agora no Brasil, e em outras obras sobre o período, Rosas afasta a falsa polêmica por meio de uma análise comparativa. Sim, o salazarismo foi uma forma de fascismo, mais mussoliniano do que nazista, conclui. O controle da sociedade deu-se pela censura prévia, a sociabilização do medo, o domínio das Forças Armadas, a cumplicidade da Igreja Católica (o ditador era um “homem da providência divina”, diz) e a eficácia da organização corporativa, na qual se conciliava capital e tra-





balho sob a bênção e supervisão do Estado Novo. A junção desses fatores, aliada à utilidade do regime aos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, avalia o autor, garantiu a longevidade de uma ditadura temporânea em plena Europa, uma autocracia que resistiu aos ares de liberdade e à modernização pós-1945 e que só daria sinais de cansaço na esteira do colapso dos conflitos coloniais na África – sorvedouros de dinheiro e de vidas e banho de realidade nos delírios imperialistas de Salazar.

A militância política de Rosas, na resistência à ditadura, na vida parlamentar democrática e na fundação do Bloco de Es-

querda, o PSOL português, em nenhum momento reduz o distanciamento necessário ao historiador. Ao contrário, enriquece as análises e confere ao texto o peso da experiência pessoal, de quem viveu a história e não somente a leu. O esforço de comparar as correntes totalitárias do século passado também faz de *Salazar e os Fascismos* um guia para o debate sobre o avanço recente da extrema-direita mundial. Que bicho seria esse? Para Rosas, é incorreta a expressão neofascismo. Talvez, diz, o termo adequado seja pós-fascismo, “uma farsa marginal e delinquente da tragédia dos anos 1930”. As raízes são, porém,

Onipresente. A ditadura começou sem Salazar, mas ele acabaria por se tornar sinônimo do regime que durou 48 anos

as mesmas e brotam da crise do capitalismo. Desta feita, do neoliberalismo triunfante a partir da década de 70. “A sociedade, ao menos na Europa, tende a se radicalizar. Há um esvaziamento do centro. Dos destroços neoliberais, a extrema-direita se ergue. Explora a frustração, o medo.” E quais as diferenças? “O objetivo é instalar um regime de tipo novo, uma democracia iliberal. Eles simulam respeitar formalmente as instituições democráticas, mas buscam esvaziar a vida parlamentar, normalizar leis de exceção.”

As mudanças no capitalismo, ressalta, provocaram uma mutação no extremismo. A forma “canônica” do fascismo, baseada na ativa intervenção do Estado, não serve mais ao poder econômico globalizado. O “regime de tipo novo”, defende Rosas, prevê, ao contrário, uma “adesão às formas mais radicais do neoliberalismo”, mesmo se antinacionalistas. “Por isso vemos um *aggionamento* da extrema-direita. Até pouco tempo, seus principais líderes faziam discursos contra a União Europeia. Hoje em dia, buscam cadeiras no Parlamento Europeu.”

Não é diferente no caso do Chega, partido de matriz fascistoide, que promete levar Portugal de volta aos tempos de glória dos “Descobrimentos”, chefiado por um líder tão carismático quanto histriônico, André Ventura, um Bolsonaro que leu três ou quatro livros. Embora exalte a moderação, como fez Moedas no 5 de Outubro, e rejeite em público uma aliança com o Chega, a direita tradicional portuguesa vive à mercê das algazarras de Ventura. Nunca as viúvas de Salazar estiveram tão alvoroçadas. •

- por Sergio Lirio

A incômoda herança digital

TheObserver Nossos perfis e bens virtuais estão em expansão, mas o que acontece com eles após a nossa morte?

POR ZOË CORBYN

Tamara Kneese estuda o modo como as pessoas vivenciam a tecnologia. Ela é pesquisadora sênior do Data & Society Research Institute (Instituto de Pesquisa de Dados e Sociedade), organização sem fins lucrativos com sede em Nova York.

Em seu novo livro, *Death Glitch (O Problema da Morte)*, ela examina o que acontece com nossas propriedades digitais depois que morremos e argumenta que, para o bem de toda a nossa posteridade digital, as empresas de tecnologia precisam melhorar a maneira como lidam com esse fato em suas plataformas.

The Observer: O destino póstumo dos nossos bens digitais parece um assunto mórbido. Por que ele é importante?

Tamara Kneese: Poucas pessoas pensam na herança digital, mas os nossos bens digitais estão se acumulando. Existem razões pragmáticas e sentimentais pelas quais seus entes queridos, após a sua morte, poderão se importar com eles. E a preservação também é importante para a memória histórica e coletiva. O problema é que não existe um mecanismo claro para transferir os bens digitais de uma geração para outra. Nossas posses digitais estão se perdendo no éter

– não só porque os nossos entes queridos talvez não saibam das contas que temos, mas porque as plataformas não foram concebidas para pensar na morte.

TO: O que nossos legados digitais podem incluir?

TK: *Blogs*, contas de *e-mail* e perfis de redes sociais são exemplos óbvios. Há também todas as fotos e *playlists* de músicas guardadas na nuvem, aplicativos de pagamento por celular e avatares digitais. Fora todos os dados coletados pelos nossos



Posteridade nas plataformas. Tamara Kneese, que pesquisa a forma como as pessoas vivenciam a tecnologia, aponta as responsabilidades das empresas do Vale do Silício sobre esse tema tabu

telefones e outros objetos inteligentes.

TO: Onde, especificamente, as empresas de tecnologia estão falhando?

TK: Algo que muitos acham desconcertante é quando recebem avisos automáticos de plataformas de redes sociais sugerindo amizade com alguém que morreu – seja essa pessoa sua conhecida ou não. Algumas plataformas, como X (ex-Twitter) e TikTok, não têm nenhum mecanismo para tratar um perfil como sen-



Essas empresas foram criadas por pessoas que não precisaram pensar muito sobre a confusão da existência humana

do de uma pessoa morta. Outras, como o LinkedIn, têm esse mecanismo, mas a maioria das pessoas não o conhece ou não o utiliza. Além disso, não se sabe por quanto tempo qualquer plataforma sobreviverá. O fato de a morte não ter sido incorporada às plataformas é sinal de um tipo particular de privilégio: essas empresas foram criadas por pessoas que não precisaram pensar muito sobre a confusão da existência humana.

TO: O Facebook, maior site de rede social, possui um modo de memorialização mais conhecido para perfis, que permite que a pessoa seja lembrada pelos enlutados. Isso não resolve o problema?

TK: O Facebook trabalhou muito em tor-

no da ideia de como lidar com a morte desde que, após o tiroteio na Universidade de Virginia Tech, em 2007, se tornou um local de luto em massa. E merece algum crédito por isso. Mas, como está tentando implementar uma espécie de serviço fúnebre em grande escala, é uma solução “tamanho único”. Não há lugar para diferentes contextos culturais ou individualidades. Os parentes precisam navegar em um mar de burocracia, no qual lutam para que um perfil seja transformado em memorial ou excluído. Um recurso mais recente do Facebook – nomear um contato para ser o guardião do seu perfil – não é popular.

TO: O acúmulo de mortos traz consequências para as plataformas? Há

previsões de que, até 2070, o número de usuários mortos no Facebook ultrapassará o de usuários vivos...

TK: Existe um valor comercial nos memoriais de usuários mortos em um site: ajuda a fazer com que a família e os amigos voltem. Mas o valor comercial e talvez até sentimental de um cemitério digital desaparece a certa altura. Manter para sempre os dados de todos os usuários mortos não é rentável, além de ter um impacto ambiental. O armazenamento depende de centros de dados e servidores que consomem muita energia. O custo é parte da razão pela qual as empresas começaram, discretamente, a remover contas inativas.

TO: Gerenciar e manter os dados dos mortos é um ato de amor, mas também exige trabalho por parte dos sobreviventes, não?

TK: No caso de um perfil no Facebook, o mecanismo integrado de transformação da página em memorial pode tornar tudo um pouco mais fácil. Mas, se for um blog pessoal, muitas vezes o ente querido terá de pagar taxas de nome de domínio e hospedagem na web para mantê-lo, e até manter relacionamentos com leitores. Outro trabalho pode envolver a atualização de formatos e a movimentação de conteúdo de um disco rígido para outro ou entre provedores de nuvem porque um deles faliu. Cartas em papel ou fotografias físicas também precisam de cuidados, mas não no mesmo grau.

TO: Graças à IA generativa, chatbots e deepfakes estão sendo apresentados como passos em direção à imortalida-



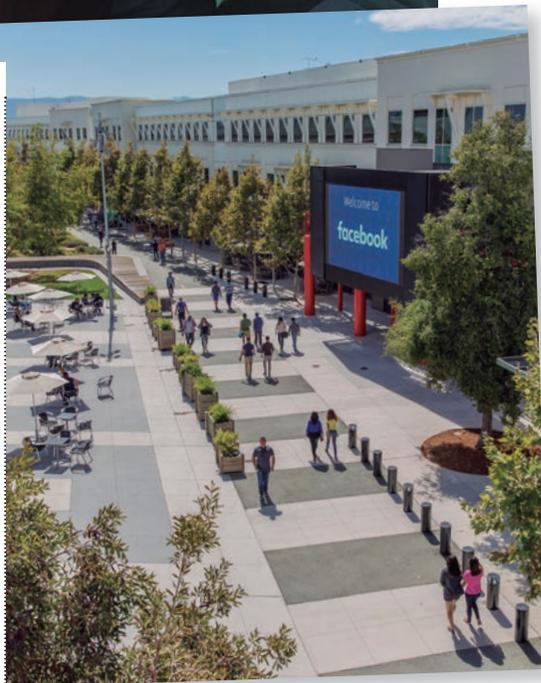
Dispositivo. Em 2007, após o tiroteio na Universidade Virginia Tech, o Facebook tornou-se um local de luto em massa e teve de aprender a lidar com a morte

de digital. As empresas prometem treinar *chatbots* antes da nossa morte ou substituir entes queridos. Existem planos para assistentes digitais que manifestam vozes falsas de parentes falecidos. Poderia esta ser uma maneira barata de todos alcançarmos uma aparência de vida eterna?

TK: Diante da enorme quantidade de dados que as pessoas colecionam sobre si, a ideia de clone digital parece possível. Mas eu não compararia essa forma de preservação com a imortalidade. Apenas no nível prático: quem vai manter esses sistemas ao longo do tempo? Há também repercussões éticas e emocionais a serem consideradas. Há um problema de consentimento para se criarem versões de IA de pessoas mortas. E legar uma versão *chatbot* sua pode dificultar as coisas para um ente querido que está tentando seguir em frente.

TO: Você argumenta que objetos inteligentes podem gerar heranças estranhas. Como assim?

TK: Os objetos inteligentes costumam ser programados de acordo com as espe-



cificações e preferências de uma pessoa. Herdá-los pode, portanto, ser um pouco como se você estivesse sendo assombrado. Entrevistei pessoas que cuidavam de diferentes tipos de casas inteligentes de pessoas que morreram ou se mudaram. E o que acontecia, com o tempo, é que os sistemas perfeitamente planejados começavam a falhar cada vez mais. Um sistema de alarme desenvolvia um *bug* estranho, os horários das luzes ficavam desordenados e a reprogramação de persia-

nas permanecia incompreensível. Tornava-se uma luta por controle.

TO: *Startups* de planejamento de propriedade digital prometem organizar os bens *online* das pessoas e fazer planos para descarte ou herança quando elas morrerem. Até onde devemos confiar nelas?

TK: Essas empresas começaram a aparecer no fim dos anos 2000, e muitas tinham um viés lúdico. Por exemplo, você podia escrever *e-mails* para serem enviados após sua morte, para dar a última palavra em uma discussão, ou revelar segredos nunca falados. Muitas das primeiras empresas fecharam as portas, embora novas continuem a substituí-las. Eu seria cautelosa ao me inscrever em qualquer serviço que prometa gerenciar algo no futuro.

TO: Você não pode simplesmente passar uma conta para um ente querido, deixando sua senha?

TK: Legalmente falando, você não deveria. Uma plataforma cria um contrato com uma pessoa e, quando ela morre, o contrato também morre. Além disso, as senhas não são confiáveis – as pessoas as alteram – e, no caso das finanças, isso pode acionar sistemas de detecção de fraude que compliquem a vida de um parente ou amigo.

TO: Como você planeja lidar com seus restos digitais?

TK: Ainda não criei um plano imobiliário digital para mim, mas há um guia simples com uma abordagem que aprecio. Sugere começar escrevendo uma lista de seus pertences digitais e depois pensar se deseja excluí-los ou preservá-los, tendo em mente o significado para você e qual poderia ter para as pessoas que está deixando para trás. •

TO: Ainda não criei um plano imobiliário digital para mim, mas há um guia simples com uma abordagem que aprecio. Sugere começar escrevendo uma lista de seus pertences digitais e depois pensar se deseja excluí-los ou preservá-los, tendo em mente o significado para você e qual poderia ter para as pessoas que está deixando para trás. •

Tradução: Luiz Roberto M. Gonçalves.

Em tom de homenagem

CINEMA MEU NOME É GAL REVERENCIA A TURMA DA TROPICÁLIA E RETRATA O AMBIENTE CULTURAL E POLÍTICO DURANTE A DITADURA

POR ANA PAULA SOUSA

Os letreiros finais de *Meu Nome É Gal*, em cartaz desde a quinta-feira 12, indicam, a um só tempo, a força e as fragilidades desse projeto: trata-se de um filme-homenagem.

Dirigido e escrito por Dandara Ferreira e Lô Politi, o longa-metragem nasceu de um desejo da própria cantora. “*Meu Nome É Gal* foi feito e pensado para ela sentar na sala de cinema e se divertir re-

vivendo a sua história”, conta, no material de divulgação, Dandara, que dirigira antes a série documental *O Nome De-la É Gal* (HBO) – que levou a artista a manifestar o desejo de se ver em um filme.

Quando Gal morreu, em novembro de 2022, as diretoras já tinham um corte, mas ela não chegou a vê-lo pronto. Provavelmente, teria adorado esse retrato que é quase uma declaração de amor, não

apenas a Gal, vivida por Sophie Charlotte, mas ao grupo de artistas que, nas décadas de 1960 e 1970, mudou os parâmetros musicais e comportamentais no País.

Giram, em torno da personagem principal, Caetano Veloso (Rodrigo Lelis), Maria Bethânia (Dandara Ferreira), Gilberto Gil (Dan Ferreira), Dedé Gadelha (Camila Mardila), o empresário Guilherme Araújo (Luis Lobianco) e muitos dos nomes que entrariam para a história do que passou a ser chamado de MPB.

Muitas dessas figuras fizeram também parte da vida da Dandara, nascida na Bahia, em uma casa frequentada por Gil e Caetano. Ela conta, inclusive, que foi Caetano quem a apresentou a Gal. Há, não por acaso, certa reverência a transbordar na tela.

A trama se detém sobre um período curto, e bem escolhido: vai de 1966 a 1971, momento que marca a saída de Gal da Bahia e o nascimento de sua persona artística. Vemos a transformação de Maria da Graça Costa Penna Burgos, a Gracinha, em Gal Costa.

O roteiro apoia-se, no embate entre a timidez e o desejo de, simplesmente, cantar da protagonista e a ousadia e o ímpeto de Caetano. A jornada da heroína se completa quando a Tropicália explode e a ditadura endurece. A partir daí, a “borboleta sai do casulo” – para usar uma frase dita por Guilherme, o personagem.

Essa breve e intensa história é contada com grande energia e com um ótimo elenco – no qual foram desconsideradas por completo as semelhanças físicas entre atores e personagens reais.

A trilha, familiar a todos os brasileiros, tem como pontos fortes as próprias músicas. Mas incomoda, em alguns trechos específicos das canções, um certo descompasso entre o gestual vocal de Sophie – encantadora no papel – e a extensão da voz de Gal. •



Os atores Rodrigo Lelis e Sophie Charlotte vivem Caetano e Gal nessa nova cinebiografia

Notas tocadas com propósito

INFÂNCIA O Música em Família completa 23 anos com pouco alarde e grande repercussão no campo educacional

POR SÉRGIO MARTINS

Certa vez, um crítico de música definiu o pianista Nelson Freire (1944-2021) como “o grande segredo da música erudita”. Ele referia-se ao fato de, mesmo sendo um dos maiores nomes do piano, Freire ter optado por uma carreira sem badalações. Pois o projeto Música em Família, guardadas as devidas proporções, é o segredo da arte como ferramenta pedagógica.

Paula Santisteban e Eduardo Bologna criaram o programa em 2003 e, a despeito do sucesso da empreitada, pouco aparecem na mídia e são também parcimoniosos na divulgação dos shows que fazem – o próximo está marcado para o dia 11 de novembro, no Teatro B32, em São Paulo.

Eles atendem, no entanto, 500 escolas no Brasil e em Portugal, nas quais distribuíram, ao longo da trajetória, cerca de 300 mil álbuns/livros e somam a marca de mil shows que, ao todo, reuniram 500 mil pessoas. E, ora vejam só, tocaram até no *Big Brother Brasil*.

Em 2018, as músicas *Não Custa Nada* e *Sem Perceber* tornaram-se tema do refugiado sírio Kaysar Dadour e levou a dupla para além dos muros da escola. Hoje, somam 4,5 milhões de visualizações no YouTube – sem contar os vídeos postados por terceiros – e 600 mil *streams* na pla-

taforma Spotify. “O Música em Família não é uma banda musical, não é um produto do mercado. É um conceito”, resume Paula, em entrevista a *CartaCapital*, às vésperas do Dia das Crianças.

Agênese do projeto, quem diria, remonta à participação de Paula Santisteban num concurso do *Domingão do Faustão* para revelar novos talentos. Ela tornou-se uma das finalistas em meio a 30 mil candidatos. Mas a projeção nacional gerou nela uma crise. “Repensei muito como a música estava inserida em um mercado que acompanhava o sistema de consumo em que vivemos, e no quanto isso estava afastando as pessoas da música em sua essência”, diz.

Essa percepção se juntava a outra, que Paula tinha em seu trabalho como professora de música: “As crianças e suas famílias não tinham hábitos culturais, quase não frequentavam espaços de ar-

“Pensamos em temas importantes a serem conversados na sala de casa”, diz a criadora do projeto

te e não ouviam música além da recebida todos os dias por meio da tela da tevê e do rádio”.

Foi assim dado o estalo para que ela se unisse ao então namorado – hoje marido – Eduardo Bologna para criar um projeto que compreendesse arte e educação. Nascia então o Música em Família.

Paula é descendente de comerciantes da região do Brás, em São Paulo. Portanto, não teve muitas dificuldades em “vender” seu sonho. “O difícil era pensar no projeto, compor as canções, conversar com os educadores, fazer os shows, gravar as músicas, idealizar o projeto gráfico e ainda fazer bolo no fim do dia”, brinca.

O bom resultado inicial gerou uma cobrança por um material autoral e temático, que produziu os discos *Som da Vida* e *Somos Todos Iguais*, ambos de 2007. Na década seguinte, eles firmaram uma parceria com o Instituto Alana, uma organização educacional que defende os direitos das crianças.

O encontro com Ana Lucia Villela, presidente do Alana, mostrou-se particularmente inspirador. *Não Custa Nada*, que fala de desaparego material, nasceu a partir de uma das reuniões com o instituto e da exibição do documentário *Criança, a Alma do Negócio* (2011), de Estela Renner e Marcos Nisti, sobre consumo infantil.

“O mais engraçado é que, um dia, toca o telefone e era uma multinacional, dona de uma marca de refrigerantes, querendo comprar a música para uma propaganda. Nunca aceitamos ligar nossa arte com nada prejudicial à infância”, diz Paula.

As pautas que regem o Música em Família nunca são aleatórias. Elas nascem da observação de Paula e Eduardo sobre a filha, Estela, e da experiência de serem pais e verem outros pais em ação. São temas como consumo, diversidade e amizade, entre outros, que vão sendo aprimorados em conversas com educadores.



“A partir do momento que eles passam para nós a ideia de cada projeto, percorremos juntos nossas vivências relacionadas aos temas, compartilhamos saberes e fazemos projeções de como as crianças, as famílias e os educadores podem viver experiências significativas”, diz a educadora Andrea Chehade, que integra a parte pedagógica do projeto. “Compartilhamos tudo: canções, poemas, inspirações.”

A parte musical é igualmente diversificada. Do esquema voz e violão dos primeiros anos, Paula e Edu chegaram a gravar ao lado de uma orquestra de 50 músicos e fazer apresentações com ce-

nário, projeções e balés. Os gêneros tocados vão de *jazz* a bossa nova, do *rock* e MPB tropicalistas a *folk* e *world music*.

O show de novembro, por exemplo, será baseado nos escritos do compositor erudito Edmundo Villani-Côrtes. Em boa parte das composições existe a preocupação com o dia a dia da criança. Em 2021, auge da pandemia, eles lançaram o projeto bilíngue *O Que Nós Somos Juntos*. Uma das canções, *Eu Preciso Voltar a Te Ver*, trata do isolamento social.

A receita de canções para crianças com conteúdo pedagógico pode remeter a outras experiências do gênero, como o *Palavra Cantada* e o *Adriana Partimpim*, de Adriana Calcanhotto. Em-

Encontro de adultos e crianças.

Eduardo Bologna e Paula Santisteban já distribuíram cerca de 300 mil álbuns de música pelas escolas desde 2003

bora semelhantes na essência, eles possuem objetivos diferentes.

“São artistas que fazem incrivelmente bem música com foco nas crianças, dentro do universo delas”, diz. “A gente não faz música com foco único na criança, e sim num lugar onde adultos e crianças se encontram, pensando na família, com foco na conexão dessas duas pontas. Pensamos em temas importantes a serem conversados na sala de casa.” •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



Subidas e descidas

► Vem de Fernando Diniz, à frente do Fluminense e da Seleção Brasileira, a percepção de que o Brasil “perde talentos a rodo”

Quando nos sentimos exultantes com as vitórias do esporte brasileiro, como aquelas obtidas no Campeonato Mundial de Ginástica Artística e no vôlei, classificado para a Olimpíada de Paris 2024, desabam sobre nós as notícias sobre a nova crise de violência no Oriente Médio.

No futebol, com a aproximação do fim do ano-calendário, acumulam-se os jogos que se mostram decisivos em todos os sentidos: tanto para o sucesso dos campeões e dos que sobem de divisão quanto para o desalento daqueles que se veem rebaixados, certamente com problemas acumulados.

Nesse sentido, o que mais chama minha atenção é a situação dos que caem na Série B, cada vez mais intrincada com o descenso de grandes clubes – muitos deles tradicionais e com torcidas numerosas e aguerridas.

Desta vez, para subir estão na cabeça o Vitória da Bahia, o gaúcho Juventude, o Sport de Recife (PE) e o Guarani de Campinas (SP).

Na Série B vão na ponta o Paissandu de Belém (PA) e o Amazonas, do Norte do País, e o Brusque (SC) e Operário (PR), do Sul.

Outra novidade na última rodada do Campeonato Brasileiro foi o resultado elástico, como não se via há muito tem-

po: Bahia 6 x 4 Goiás, no sábado 7, no Estádio da Serrinha, em Goiânia.

Foi uma partida surpreendente, que se tornou um dos cinco jogos com mais gols na história dos pontos corridos do campeonato, desde 2003.

Aproximam-se também as finalíssimas na Sul-Americana, com o Fortaleza colocando o Nordeste brasileiro pela primeira vez nessa posição.

O time chega à final após ter vencido o Corinthians por 2 a 0, na Arena Castelão, na segunda semifinal, e enfrentará o LDU – que eliminou o argentino Defensa y Justicia. O Fortaleza, como se costuma dizer, já está no lucro.

Na Libertadores da América, passadas as fortes emoções das disputas entre Palmeiras vs. Boca Juniors e Fluminense vs. Internacional, chega-se à decisão final entre o Fluminense e o “copeiro” Boca Juniors.

E, não sei não, mas o aguerrido time argentino arrisca-se a sofrer uma goleada. O “Boca”, não devemos nos esquecer, chegou à decisão aos trancos e barrancos, de empate em empate, e decisões por pênaltis.

Mas, obviamente, pode até se sagrar campeão mais uma vez, afinal de contas, somos partidários da sabedoria popular: “Futebol não tem lógica” e “clássico é clássico”.

O time é o maior finalista da história da Conmebol Libertadores e levantou a taça seis vezes, ficando atrás apenas do Independiente, também da Argentina, dono de sete títulos.

No Brasileirão, o Botafogo, apesar de quase ter matado seus torcedores do coração – eu incluído –, voltou aos trilhos depois de tropeçar nas próprias pernas.

Demitido o técnico português Bruno

Lage – um dia após o empate com o Goiás, no Nilton Santos –, o time virou do avesso, como se, feito num conto de fadas, tivesse sido transformado por uma “varinha de condão”. No domingo 8, venceu o Fluminense por 2 a 0 pelo Brasileirão.

Os técnicos dos times brasileiros têm posição impossível de ser suportada por qualquer um – a não ser os “malandros velhos” e os ditos “cascudos”.

Ao chegarem aos times, eles têm carta branca e passam a mandar em tudo. Quase todos começam acreditando que vão conseguir resolver problemas quase sempre atribuídos aos dirigentes.

Passados os primeiros jogos, no entanto, a depender do andar da carruagem, ficam arrancando os cabelos, exasperados à beira do gramado. É o que temos visto acontecer com o também português Abel Ferreira e com o argentino Jorge Sampaoli, recém-saído do Flamengo.

Não à toa, a negociação do agora confirmado novo treinador do Flamengo, Tite, foi mais intrincada que as necessárias para pôr fim às guerras insanas.

Que se cuide o Fernando Diniz, à frente do Fluminense e da Seleção Brasileira ao mesmo tempo. Não são poucos os técnicos obrigados a se afastar da função por problemas de saúde, quase sempre relacionados ao estresse a que são submetidos.

Vem, inclusive, do próprio Diniz, a declaração importante a propósito da atuação da jovem promessa John Kennedy, atacante de 21 anos do Fluminense: “O Brasil perde talentos a rodo”.

Os técnicos estrangeiros, quando saem, dizem que os torcedores são loucos. E são mesmo. Mas a culpa é de quem os contrata sem garantir um mínimo de estabilidade. •

redacao@cartacapital.com.br

ARTHUR CHIORO

Médico sanitário e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)



Em busca de mais médicos

► **Deve-se exigir qualidade na formação, mas as necessidades de saúde da população precisam orientar o debate sobre a expansão de vagas nos cursos do País**

O governo federal retomou o Mais Médicos para garantir o acesso à saúde para mais de 96 milhões de brasileiros e diminuir vazios assistenciais. O desafio é fixar profissionais em áreas de maior vulnerabilidade.

Instituído por lei em 2013 e retomado este ano, o Programa prevê diminuir a carência de profissionais na Atenção Básica nas regiões prioritárias, aperfeiçoar a formação médica, a organização e funcionamento do SUS, e ampliar a oferta de especialização em áreas estratégicas.

O Mais Médicos foi concebido em três eixos: estrutura, provimento e formação. O primeiro, nesta nova etapa, destinará 7 bilhões de reais para reforma e construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS), recursos oriundos do PAC-3. Inicialmente, 1,8 mil UBS serão selecionadas, com edital já disponível para os gestores, priorizando regiões de vazios assistenciais e municípios com maior índice de vulnerabilidade.

O segundo, de provimento, prevê a chamada de médicos para atuar na atenção básica com enfoque também para regiões de alta e muito alta vulnerabilidade. Em 2023, registramos o maior número de profissionais em atuação desde a criação do programa.

Em torno de 34 mil médicos se ins-

creveram e, atualmente, 18,5 mil estão atuando em mais de 4 mil municípios, beneficiando mais de 64 milhões de brasileiros. No total, serão 28 mil profissionais atuando pelo Mais Médicos em 2023, com vagas também para a região da Amazônia Legal, equipes de Consultório na Rua e atendimento da população prisional.

O terceiro eixo, o da formação, segue sendo um enorme desafio. Em 2012, a razão de médicos por mil habitantes no Brasil era de 1,8. Em 2022, graças ao Mais Médicos, atingiu 2,54 médicos por mil habitantes. Agora, o governo federal pretende elevar essa razão para 3,3 nos próximos dez anos, atingindo a média da OCDE.

Para tanto, é preciso ampliar cerca de 10 mil novas vagas em cursos de medicina. Perto de 2,2 mil vagas serão providas por iniciativas de expansão das universidades federais. Outras 2,1 mil por meio da expansão dos cursos de Medicina privados existentes.

As 5,7 mil vagas restantes serão ofertadas por meio de um edital público voltado às instituições privadas, a partir de critérios objetivos anunciados pelos ministros da Saúde e da Educação esta semana.

O edital prevê a abertura de faculdades em regiões de saúde que apresentam média inferior a 2,5 médicos/mil habitantes e que demonstram capacidade para abrigar cursos de Medicina, contando com rede de serviços de atenção básica, urgência, saúde mental e com um hospital com pelo menos 80 leitos, e o compromisso de abrir residência médica.

Foram excluídas as regiões de saúde impactadas pela expansão planejada pelas universidades federais. Assim, das 450 regiões de saúde, somente 116 poderão receber propostas. Em vez de serem

dirigidas para onde pretendem as mantenedores, as propostas deverão ser efetivadas para regiões que realmente precisam.

O Mais Médicos, desde a sua criação, em 2013, produziu a expansão de 7.304 vagas em regiões de vazios de formação, interiorizando os cursos de Medicina. Mas foi descontinuado por uma “moratória” de cinco anos, iniciada no governo Temer e que seguiu com Bolsonaro.

Em vez do prometido, resultou na abertura desordenada de mais 13.082 vagas *sub judice* em regiões sem qualquer necessidade social, inclusive onde já tínhamos número suficiente de faculdades e médicos.

A expansão de vagas de medicina segue sendo um dos pontos de maior tensionamento entre o governo federal e entidades médicas. Bastou o lançamento do novo edital para regulamentar a abertura de novas faculdades – há pedidos para a abertura de mais de 50 mil vagas no MEC, com risco de serem aceitos por demanda judicial – e, rapidamente, manifestações contundentes foram emitidas pelo Conselho Federal de Medicina e pela Associação Médica Brasileira.

Todos devemos exigir qualidade na formação médica, o que deve valer, destaque-se, para toda e qualquer profissão. Isso é um imperativo ético e político.

Mas as necessidades de saúde da população precisam orientar esse debate, que deve ser travado de forma respeitosa e democrática. Ainda mais depois de estudos indicarem que os médicos especialistas são os profissionais mais bem remunerados do País. E que os médicos generalistas estão em quarto lugar.

Sou médico e professor de Medicina, mas entendo que interesses corporativos não podem definir se os brasileiros terão ou não o direito à saúde. •

redacao@cartacapital.com.br

TERRA SANTA



CRIA CAST

RAULLSANTIAGO



CriaCast é o mais novo
podcast de *CartaCapital*!

Assista no YouTube ou ouça nas
principais plataformas de áudio.

No primeiro episódio: **RENE SILVA**,
um ativista que desde cedo botou
a cara no sol para transformar
a quebrada!

**Assista
agora!**



REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



CLUBE DE REVISTAS

A ESPERANÇA ESTÁ A UM CLIQUE

No Mês das Crianças sua solidariedade conta muito! **Dê um clique e faça o futuro de uma criança brilhar.**

São mais de 20 projetos que ajudam crianças e suas famílias a desenvolverem conhecimento, cultura e esporte!



JUNTOS
A GENTE FAZ
O FUTURO BRILHAR

 **FENAE**

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

CONHEÇA A
CAMPANHA
E FAÇA SUA
DOAÇÃO!

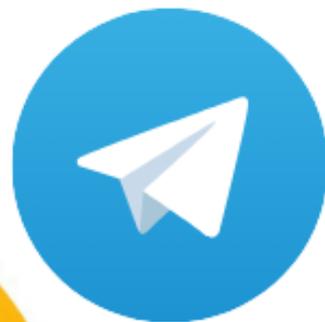


www.fenae.org.br/futurobrilhar

IBED

CLUBE DE

REVISTAS



Entre em nosso grupo no Telegram t.me/clubederevistas

Clique aqui!

Tenha acesso as principais revistas do Brasil de forma gratuita!